

**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

ATA N.º 4

*Sessão Ordinária*

*29 de Junho de 2018*

**APROVADA POR MAIORIA**  
**NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/09/2018.**

Rede  
h. Q.



-----Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**1 – Período de antes da Ordem do Dia:**

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de Abril de 2018;-----
- 1.2 Informação de Correspondência;-----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

**2 – Período da Ordem do Dia:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Tarifário Social de Água;-----
- **PONTO 3** - Consolidação de Contas do Ano 2017; -----
- **PONTO 4** - Constituição de Empresa Intermunicipal de Águas – AIN – Versão Final do Processo de Constituição; -----
- **PONTO 5** - Alteração ao Mapa de Pessoal 2018; -----
- **PONTO 6** - Proposta de Regulamento de Utilização da Zona Balnear da Foz do Sabor;-----
- **PONTO 7** - Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia – Renovação e Celebração;-----
- **PONTO 8** - Assembleia Distrital de Bragança – Instalação e eleição da Mesa/Mandato 2017/2021 e Primeira Sessão Ordinária;-----
- **PONTO 9** - Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo – Moção: Proposta de Estatutos dos Territórios Periféricos Continentais. -----

**3 – Período de Intervenção do Público**

Peder  
16  
Am



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Ademar Manuel Feijó – Secretário da Junta de Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieiro - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira. -----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de vinte e cinco membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**Constituíram a Mesa:** -----

Pedro  
Mh.



**Luís Miranda Rei** – Presidente de Mesa;-----

**Pedro Miguel Pinto Carrasqueira** – 1.º Secretário; -----

**Lucinda João Afonso Carpinteiro** – 2.ª Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltaram à reunião os seguintes deputados:-----

- José Carlos Meneses – Freguesias de Torre de Moncorvo que justificou a falta;-----
- Alcina de Fátima Faneca – que não justificou a falta;
- Sílvio Afonso Dengucho de Oliveira Carvalho - que justificou a falta. -----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

## ----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

### **1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de Abril de 2018. -**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS) e **Lúisa Pinto Ferreira** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. António Júlio, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Ora bem, eu estive a ler a ata, e se a aprovarmos assim, tal qual está, acho que os factos estão deturpados, e acho que quem ler a ata do princípio ao fim chega à conclusão de que o Eng.º Costa é um aldrabão, é um caluniador. Por isso, eu acho que a ata não está corretamente escrita nesse aspeto. -----

Pedro



-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à ata, eu não concordo com essa opinião – mas é a minha opinião; eu acho que a ata reflete, com noventa e tal por cento de certeza, o que se passou na reunião. Vamos passar à votação da ata. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 16 votos a favor, 1 voto contra (do deputado António Júlio Andrade (PS)) e 6 abstenções, **aprovar a ata do dia 30 de Abril de 2018.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Uma declaração de voto, Luísa Ferreira, se faz favor. -----

-----**A Deputada Luísa Pinto Ferreira:** -----

-----**Declaração de voto**-----

---- Bom dia a todos. -----

---- *"A minha abstenção deve-se simplesmente ao facto de não ter estado presente na reunião anterior. É só isso".* -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguma declaração de voto? Então, passamos, ainda no Período de antes da ordem do dia, ao Ponto n.º 1.2, Informação da correspondência. -----

## **1.2 Informação da Correspondência.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade (PS).** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, foi enviado o resumo relativamente à correspondência, e está ali para consulta a correspondência. -----

O Sr. António Júlio quer falar, faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, no meio da correspondência veio uma moção aprovada pela Assembleia Municipal de Fafe, pedindo que fosse enviada para todas as Assembleias, e que as Assembleias Municipais se pronunciassem acerca da moção. Eu penso, exatamente, que seria oportuno nós também nos pronunciarmos acerca dessa moção – se não for nesta reunião, que seja noutra reunião. E pedia ao Sr. Presidente para agendar exatamente isso, sobre a Regionalização, porque recebemos outra semelhante, de outra Câmara da Beira, e foi agendada já para esta reunião. Pelo mesmo motivo, faço o requerimento para que seja agendado. -----

Rede  
14.



-----**O Presidente de Mesa:** Certo. É assim, se vamos discutir todas as moções das Assembleias Municipais, são trezentas e oito, tanto mais que foi um assunto que foi discutido aqui recentemente. Penso que não haverá grandes alterações relativamente a essa situação.---  
Mas, pronto, tudo bem, é um assunto para ver, vamos analisar, e para a próxima Assembleia. -

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento da correspondência. -----

### **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.**-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende inscrever-se neste ponto? Estamos ainda no período de antes da ordem do dia. Não há inscrições? Então, passamos ao Período da ordem do dia. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

#### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Eduardo Carvalho** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Muito bom dia a todos. -----  
Como sabem, Torre de Moncorvo foi assolada por uma tempestade, e queria, antes de mais, dar-vos conta da situação às oito e vinte da manhã. A Proteção Civil foi acionada às vinte e trinta e quatro do dia de ontem, foram disponibilizados cerca de trinta homens e bombeiros, duas máquinas do Município, autotanques de limpeza nas ruas Visconde de Vila Maior, ??? Manuel Seixas, ??? Avenida das Amendoeiras, Avenida Jorge Luís Borges e Infante D. Henrique, na estação do Conselho Municipal, na Rua Doutor Ramiro Salgado, Rua de Nossa Senhora da Conceição. Estas três foram as situações mais complicadas, devido às derrocadas

Cedo  
h  
M



de terra provenientes da Serra do Reboredo. Interrompemos os trabalhos eram seis e trinta da manhã, e às oito da manhã estava novamente a Proteção Civil no terreno, com os bombeiros, e mais cedo ainda os serviços de limpeza, que também foram acionados, apesar desta situação, mais concretamente com as viaturas dos bombeiros voluntários, nove viaturas ????. Obviamente que preferia não trazer este assunto, era porque não tinha acontecido, ??? da sessão ordinária da Assembleia Municipal ??? também não estava ???.

Já todos tiveram ocasião, certamente, de ver o relatório de ação municipal, são estes os temas que nós trouxemos, trouxemos novamente as obras participadas e que estão a decorrer no âmbito do POSEUR; não trouxemos do PARU e do PAMUS, que virão em setembro, e as de âmbito municipal.

Também dar-vos conta da situação financeira no período que medeia entre 20 de abril de 2018 e 22 de junho de 2018. Estão aí refletidos todos os valores previstos para este período, e portanto, eu responderei a qualquer situação que me seja colocada. E desde já agradecer-vos, as questões que me colocarem, se eu me esquecer de alguma, façam o favor de me avisar, porque é provável que me esqueça de alguma, e para não deixarmos para outra, porque eu deixei uma na reunião da Assembleia Municipal passada, mas como quem me interpelou não está presente, eu vou esperar que chegue, ou então responderei numa Assembleia em que ele esteja presente, nomeadamente o Sr. Eduardo. Portanto, qualquer questão, agradecia que me lembrassem se eu não responder a todas as que são formuladas.

Obrigado.

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar continuação aos trabalhos, dizer que chegou, dentro do período dos trinta minutos que estipula o Regimento, a deputada Lucinda Carpinteiro. Dizer-vos também – devia ter dito antes – que houve uma renúncia ao mandato, da Deputada Solange Reis. E depois, há aqui algumas substituições de alguns membros da Assembleia Municipal.

Estão abertas as inscrições para este ponto, sobre a apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. Quem se pretende inscrever? Deputados João Leonardo, José Aires, Luís João. Para esta primeira ronda de intervenções, penso que não está mais ninguém inscrito. Vamos começar pelo Deputado João Leonardo, se faz favor.---  
Pode intervir.

-----**O Deputado João Leonardo:** Muito bom dia, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Assembleia.

??? ordinária da Assembleia Municipal, aqui na informação escrita sobre a atividade do Município, queríamos congratular-nos com a realização de mais um Festival do Solstício, ou

Pedro  
M.  
A.



até o Festival da Juventude, porque foi o que aconteceu. Ainda falam que não há jovens em Moncorvo, foi a demonstração de que existem. Cada vez menos, mas quando há estas atividades, aparecem. É preciso é continuar a haver, e dinamizar atividades para as populações e para os jovens. -----

Também de referir a realização, no dia de hoje e de amanhã, do espetáculo de fim de ano da Escola Sabor Artes, e o encontro, durante o dia de hoje, que se está a realizar um encontro de idosos na Foz do Sabor. -----

De referir também o esforço que o Município continua a realizar na requalificação das ETAR's no concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia. Cumprimentar os deputados municipais aqui presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, os funcionários, e também o público, agradecer a sua presença. -----  
Eu tinha aqui uma questão relacionada com a primeira intervenção do Sr. Presidente. De facto, só consegui chegar ontem, e deparei-me com essa situação que ocorreu, que, de facto, foi uma situação anómala, digamos assim, devido às condições climatéricas. E nesse sentido, se já existe, de alguma forma, uma ideia dos prejuízos que foram causados, e o que é que teria sido feito, dado que, infelizmente, no verão passado, com o incêndio na Serra do Reboredo, e segundo os técnicos que falaram depois dos incêndios, até em muitos órgãos de comunicação social, se existiam barreiras de contenção ou outras atividades desenvolvidas pela Proteção Civil Municipal no sentido de precaver este tipo de situação. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos os presentes. -----  
Também do relatório sobre a atividade municipal, a informação escrita acerca da atividade municipal que o Sr. Presidente nos encaminhou, tenho a realçar o que decorreu no dia 5 de junho, no Centro Escolar, que foi a celebração do Dia Mundial do Ambiente. Vemos que não é só celebrar, vemos que o ambiente é uma preocupação deste Executivo, de continuar as obras de requalificação das unidades de tratamento de águas residuais – Urros, Cardanha, Estevais, Vide, Maçores, Peredo. Também o fecho de algumas destas obras – Felgar, Souto, ???, Larinho e na sede do Município, e também o fecho ??? subsistema da Açoreira. -----

Pedro



Em relação ao que se passou ontem, foi grave, não podemos culpar ninguém, é um problema, mas poderíamos fazer, se calhar não só para a parte ??? da nossa serra, como é para os danos do Município no total, criar um mapa, ou pelo menos um estudo, mapear terrenos, mapear aquedutos, mapear todo o sistema de águas pluviais. -----

Queria só partilhar que vi uma tampa do saneamento levantar com água. Ou seja, parece que também há uma infiltração de águas pluviais na rede de saneamento. Eu sei que o Sr. Presidente comunicou da outra vez que há um estudo a ser realizado para o levantamento de defeitos na rede, problemas na rede. Para quando será esse estudo partilhado connosco?-----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para responder às questões levantadas, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara, se faz favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. Agradecer aos Srs. Deputados pelas questões levantadas. -----

Referir que o Festival do Solstício, efetivamente, parece-me ser uma aposta ganha, e como tal, para manter enquanto estivermos cá. -----

Quanto à questão do Sr. Deputado José Aires, ainda não temos ideia dos prejuízos causados. Sabemos que não há vítimas, que é o mais importante, serão mais prejuízos em termos do domínio público, nas estradas e vias, e no privado, alguns danos em automóveis, e também em casas e jardins de casas, principalmente naquela zona que eu vos disse, e é na estação, Rua Doutor Ramiro Salgado, Nossa Senhora da Conceição, aí serão mais problemáticas as situações com os privados. -----

Quanto às questões aqui levantadas pelo Sr. Deputado Luís Dias, destacar também que já foram aprovadas, e irá proceder-se aos investimentos em Cabanas de Baixo, Cabeça de Mouro, Foz do Odre, como complemento das que já estão em curso e a finalizar. E dizer-lhe também que estamos neste momento com um concurso público da CIMDouro quanto à cartografia e rastreio de toda a zona de abastecimento de água e dos resíduos, ou seja, vamos permitir ter uma noção completa do que temos no nosso concelho. E isso, neste momento, foi adjudicado ??? para o Tribunal Administrativo de Mirandela, ??? e neste momento baixou novamente para o Tribunal ??? esse cadastro, que é assim que se chama, e é uma das medidas do POSEUR que vai entroncar nestas obras que estamos a fazer. Portanto, será esse o rastreio que irá ser feito para os dezanove Municípios da CIMDouro, igual, é igual para todos, e é este cadastro de tudo o que temos em termos de saneamentos e águas. Está feito, ??? mais problemas, e vai ser depois possível monitorizar diariamente, os serviços vão conseguir monitorizar diariamente. Portanto, será, sem dúvida, um passo em frente, mas ainda estamos à

Pedro  
M



espera da adjudicação à empresa – que eu não sei dizer qual é, porque, como lhe disse, é um concurso que está a decorrer pela CIMDouro. -----

Já chegou o Sr. Eduardo. Se me permitisse, há bocadinho frisei que na última reunião me esqueci de lhe responder, e agradecia que me avisassem sempre que eu me esquecer. Perguntou-me da GestDouro, e o que temos é um compromisso de todos os sócios de fazerem uma reunião, no dia 31 de julho, para prestação de contas. Mal tenha essa informação, será aqui também trazida na reunião de setembro. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar início às inscrições para o segundo período de intervenção, dizer que o deputado, Eduardo Teixeira de Carvalho, chegou dentro dos trinta minutos regimentais. -----

Está aberto, então, o segundo período de intervenções neste ponto. Quem se pretende inscrever? Estamos no ponto de apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente da Câmara – é o Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos. Penso que não há mais nenhuma intervenção. Faça favor. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados. Peço desculpa pelo meu atraso, mas por imperativos de ordem pessoal, foi-me só possível chegar agora. -----

Antes de mais, queria felicitar a Câmara Municipal pelas atividades culturais e recreativas realizadas ultimamente em Moncorvo, realçando também a participação do Agrupamento de Escolas Doutor Ramiro Salgado em algumas delas, bem como ao público em geral, o que demonstra que havendo espetáculos de qualidade, as pessoas envolvem-se, estão presentes e colaboram. -----

Outra questão, tem a ver com a questão dos incêndios, e a minha pergunta, Sr. Presidente, era saber, de facto, e em concreto, os meios em que o sistema de prevenção está no terreno. Gostava de saber em que situação se encontram, por exemplo, as equipas dos postos de regeneração do Reboredo, se já estão operacionais, se não. Por outro lado, saber também se as freguesias foram informadas, ou se estão informadas sobre os riscos de incêndio e como reagir a situações críticas, entre outras medidas preventivas. -----

Um outro aspeto que gostava de realçar: infelizmente, ontem à noite, fomos confrontados com uma situação de chuvas torrenciais que alagaram várias artérias da vila. Mas, há uma situação recorrente, e que se passa concretamente nas Ruas Trindade Coelho, Nossa Senhora de Fátima, Doutor Ramiro Salgado e Rua Abade Tavares, são águas que provêm da serra, e que

Pedro

Ay

1h.



urge, de facto, que os serviços municipais, ou os serviços técnicos, façam, digamos assim, um estudo preventivo para que essas situações não ocorram. É uma situação recorrente, e ontem, de facto, foi anormal, também compreendemos isso, mas sempre que há chuvas com alguma intensidade, gera-se ali, nessas ruas que acabei de referir, de facto, um lamaçal impeditivo de as pessoas circularem, e as viaturas. Portanto, gostava de chamar a atenção para essas situações, e que a Câmara Municipal tome as iniciativas que achar convenientes. -----  
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Eu aproveito esta intervenção, porque pensei que quando também surgem críticas, que depois tenham oportunidade de dar os elogios. Não é que os aceitemos, ou que os queiramos obrigatoriamente, mas todos gostamos de os ouvir. E na última reunião fomos acusados de não haver pavimentação no Larinho, eu pensei que a primeira pessoa que criticou fosse a primeira a levantar-se para dizer que está concluída. -----

Bom, quanto à situação que o Deputado Eduardo falou, e com razão, eu tinha acabado de dizer e de informar os Srs. Deputados do relatório que temos, feito pela Proteção Civil e pelo Comandante Municipal, e que decorreu das vinte e trinta e quatro de ontem até às seis e meia de hoje, em que interrompemos, e depois o reinício logo de manhã. E portanto, as ruas ??? eram essas mesmas. Temos ali um problema, e que ainda ontem mesmo, em reunião com a Proteção Civil, não sei se vai ser a melhor solução, mas o que vamos propor ao ICNF vai ser fazer valas de contenção, para não termos arborização. Temos de fazer valas de contenção, que vai ser estudado pelo Gabinete Florestal, para ver se isso resolve o problema. Não sei se resolverá, mas eu apresentei esse projeto juntamente com os técnicos, e farei chegar também à Assembleia Municipal, para ser distribuído pelos Srs. Deputados mesmo durante a reunião, logo que esteja connosco. -----

Quanto à questão dos incêndios, temos a GNR e a nossa equipa local de intervenção já no terreno. Os postos de vigia, como sabe, cabem à GNR. Neste momento, muitas das vezes ??? do próprio Comando Territorial. Neste momento, é a equipa local de intervenção que está a fazer grande parte da vigia no concelho. -----

As Juntas de Freguesia já têm todas o folheto informativo para situações de crise, já o receberam, já foram colocados também em todos os meios possíveis e imaginários para as pessoas estarem informadas sobre o que aconteceu. -----

Agora, as chuvas, numa parte, efetivamente, têm a ver com o incêndio na Serra do Reboredo, que agravou, principalmente ali junto à casa do guarda florestal, por ali abaixo, e esse é um

Pede  
1/2



problema. Depois, na vila, no centro da vila em si, tem muito a ver com a capacidade ??? mencionadas para situações típicas, e não para situações atípicas. E ontem, obviamente, foi uma situação atípica que não conseguimos controlar, apesar de os meios terem sido acionados de imediato, e acho que toda a gente viu, quando encerrámos algumas ruas, nomeadamente em frente ao antigo edifício da Portugal Telecom, a enxurrada já vinha por ali abaixo. O que conseguimos foi fechar mesmo, foi fechar essa via para não haver ali mais problemas. São situações anormais, e que temos que estar preparados para elas da melhor forma possível. Mas, ontem fomos apanhados todos de surpresa, mas foi tudo acionado de imediato, e é o que posso informar neste momento, que como disse ao Sr. Deputado José Aires, ainda não tenho aqui uma estimativa dos prejuízos, só tenho o relatório dos meios acionados, que foram nove viaturas e trinta homens dos bombeiros voluntários, e as máquinas da Câmara Municipal e da Proteção Civil. -----

Muito obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** -----

---

---

## **PONTO 2 — TARIFÁRIO SOCIAL DE ÁGUA.** -----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS), António Júlio Andrade (PS) e Luís João Dias (Coligação PSD/CDS).** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para se pronunciar sobre esse ponto. Então é a Sra. Eng.<sup>a</sup> Piedade, faça o favor. -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Bom dia a todos. (Intervenção inaudível). -----  
... E nesse sentido, trazemos agora aqui à Assembleia a proposta relativa ao tarifário destinado a situações de debilidade social, e no qual se optou por fazer e se propõe a seguinte situação: como veem no tarifário geral, a taxa de abastecimento de água está dividida em quatro escalões. No tarifário social, passamos para três escalões, dos quais os dois primeiros têm um preço mais baixo. Isto é, enquanto que no tarifário normal, doméstico, nós temos quatro escalões – de zero a cinco, de cinco a quinze, de quinze a vinte e cinco e mais de vinte e cinco – no tarifário social nós passamos a ter um único que abrange os dois primeiros escalões ou

Pedro  
h.  
Ag



seja até 15 m<sup>3</sup>. As famílias englobadas neste tarifário social, ficam isentas de tarifa fixa de abastecimento e de tarifa fixa de saneamento. Quanto ao saneamento, passa-se exatamente a mesma coisa: dos os quatro escalões existentes, para os consumidores domésticos obrigatório por parte da ERSAR, passaríamos a ter três, nos quais as famílias beneficiarão da possibilidade de utilização de água até quinze metros cúbicos com um valor mais baixo, que está previsto para o primeiro escalão dos utilizadores domésticos. -----

Relativamente aos tarifários sociais não domésticos, a situação é a seguinte: esta medida será para aplicar à taxa variável de abastecimento, com um único escalão, sendo as taxas de saneamento fixa e variável idênticas aos utilizadores domésticos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, abrir a discussão para este ponto. Vamos, então, começar pelo Sr. Deputado José Aires. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente a esta questão e à tarifa social da água, que é uma questão, de facto, importante e com a qual concordo por princípio, questionar apenas a Sra. Vereadora: ou seja, pelo que eu entendi da sua explicação, mantêm-se as atuais tarifas, e é criada adicionalmente uma tarifa social, mantendo-se os atuais escalões. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu não tive tempo para analisar em profundidade o documento, até porque é muito extenso, e em dois dias, não é possível. Mas, à partida, logo me parece o seguinte: este tarifário, parece-me a mim que se traduz num aumento brutal para as famílias médias, para a generalidade das famílias de Moncorvo. Porque até cinco metros, gasta quem? Quem tem a casa fechada, um emigrante que está na França, ou isto, ou aquilo. No tarifário anterior, até dez metros, eram sessenta cêntimos (0,60€); agora, a partir dos cinco metros, sobe logo para noventa cêntimos (0,90€). E depois, indexadas ao preço, estão as tarifas do saneamento e dos resíduos. Por isso, penso que se traduz logo num aumento brutal para as famílias. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Prescinda da palavra o deputado Luís Dias. Sr. Presidente ou Sra. Vereadora, quem acharem por bem. -----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Quanto à questão que coloca, mantêm-se as tarifas antigas, e só se faz a diferença para a tarifa social. Não, neste ponto englobamos

Pedro  
A. H.



especificamente a tarifa social, mas toda ela vem na sequência de uma alteração... A questão aqui que o Sr. Deputado José Aires está a pôr é se se mantém a tarifa normal, e esta alteração é apenas feita para a tarifa social. E o que eu tenho a dizer sobre isto é que esta tarifa social é uma alteração prevista e proposta relativamente a todo o tarifário de água e saneamento. A única alteração que aqui contempla é que vai existir uma tarifa social específica para famílias carenciadas. Essa é a grande diferença. Não sei se era isto que estava a perguntar, ou se era mais relativa ao tarifário global. A questão aqui é: além dos tarifários antigos, a mudança proposta, que contempla o tarifário para 2018, propõe-se também adicionalmente uma tarifa social – que, aliás, não é nada de extraordinário, já que a ERSAR prevê a existência dessa tarifa social – na qual as alterações propostas são aquelas que eu referi. Por isso, no fundo, agregamos dois escalões num só, com um preço mais barato, e isentando de tarifas fixas as famílias que estiverem nestas circunstâncias, quer na água, quer no saneamento, quer nos resíduos. Penso que é uma boa proposta. -----

Quanto à questão do Deputado António Júlio Andrade, a nossa preocupação relativamente às questões do tarifário de água e saneamento é quase a quadratura do círculo. Nós temos um problema relativo ao pagamento da água e saneamento: os custos da água, e de um lado a qualidade, o tratamento da água e manutenção das tubagens, e no fundo, a manutenção de um serviço que garanta a satisfação da população, não pode ser gratuito. E por isso, partindo desse princípio, nós temos que chegar a um ponto de otimização entre aquilo que representa um acréscimo razoável no custo da água versus qualidade, e a possibilidade de termos a água a um preço que seja comportável. Este estudo, estes valores não foram valores que tivessem sido pensados, por um lado, para fazer um acréscimo incomportável às famílias, e por outro lado, que também não fosse propriamente um serviço social para toda a população. Este trabalho e este resultado deste tarifário de água e saneamento veio de vários meses – vários meses, para não dizer mais que um ano – de trabalhos, de tentativas dos elementos que pertencem ao Executivo, à Oposição, e penso que também reconhecem isso, que este foi um trabalho que foi realizado para tentar aferir e tentar verificar a sustentabilidade. É evidente que ninguém pretende retirar lucro à custa de abastecimento de água e do saneamento; o que se pretende é diminuir os custos, de forma a que o valor não seja incomportável. E neste aspeto, é verdade que a partir de quinze metros cúbicos o valor de consumo aumenta, até aos dez, onze metros cúbicos, que era a média aproximada da população, a média global da população, que nos pareceu razoável; agora, o facto de aumentar a água tem várias questões relacionadas, porque ou nós podíamos tomar posições relativas à manutenção do pessoal e à qualidade do serviço, ou não conseguíamos manter a situação tal como está. Por isso, temos de ser realistas, e temos que tentar arranjar um tarifário que permita qualidade de serviços versus manutenção do serviço, e que não seja altamente prejudicial à população. Este foi, a

Pedro  
M.



nosso ver, aquele que nos pareceu mais razoável. Nós somos obrigados pela ERSAR a ter índices de qualidade exigentes, e temos que ter quatro escalões, obrigatoriamente. Por isso, isto não é uma coisa que nos passou pela cabeça, e que achamos que quatro escalões e que os valores eram aqueles que nos apetecia, mas a entidade reguladora define critérios muito exigentes e muito específicos relativamente à questão do abastecimento e qualidade da água. E por isso, nós não podemos fazer aquilo que nos apetece; podemos, sim, mexer no tarifário. Este pareceu-nos que seria o tarifário menos penalizador, e ao mesmo tempo que pudesse garantir um serviço de qualidade. Por isso, não há aqui nem contas de somar, nem de subtrair, nem de multiplicar, nem de dividir; há obrigações por parte da ERSAR que têm que ser cumpridas. Nós tentamos baixar o máximo que podíamos para termos um serviço de qualidade. E isto que aqui está não garante a cobertura do serviço total em termos económicos, isto não nos paga o serviço. Por isso, não pensem que nós chegamos ao deadline da situação; não, nós estamos a tentar regularizar da forma que podemos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. Vamos, então, dar início a um segundo período de intervenções. Portanto, Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sra. Vereadora, pela explicação que aqui apresentou. -----

Portanto, relativamente a esta questão que coloca – e a Sra. Vereadora falou bem, que, de facto, existem infraestruturas para manter, quilómetros e quilómetros de condutas para manter, barragens de abastecimento de água para manter, e nós, no Partido Socialista, recordamo-nos dessa situação, porque nos anos em que estivemos à frente do Executivo, a grande maioria dessas obras foram feitas, de facto, por Executivos do Partido Socialista, é uma situação que nos orgulha, que todas as freguesias estejam cobertas com sistema de água. -----

Relativamente também a esta questão, e à questão das tarifas, eu compreendo que existam obrigações legais; nós também, quando estivemos no poder, efetivamente gostaríamos de ter baixado as tarifas, e não foi possível. O que posso concluir, então, da explicação que a Sra. Vereadora apresentou, poderá existir aqui um aumento global dos custos da água para a população do Concelho de Moncorvo. Essa é uma situação que, se calhar, só teremos a certeza absoluta ao fim de um ano, ou mais, de aplicação da tarifa, para podermos fazer essa média global. Agora, de facto, é o que dá a entender; olhando para este tarifário, parece-me essa situação. E aqui a questão é: quando alega que existem, efetivamente, obrigações legais que os Municípios têm que cumprir, porque existem outras entidades que gerem também este tipo de sistemas, parece que no ano de 2013 seria uma situação que não estaria contemplada no horizonte do atual Executivo, e que quando se candidatou, uma das ideias ou propostas

Edis  
14.



seria baixar a tarifa da água, e agora, pelos vistos, prepara-se para aumentar. Portanto, deixar esse ponto também aqui bem saliente. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Acredito que o Executivo não possa fazer muito em relação aos valores e aos escalões deste tarifário, já que nós podemos confirmar que a ERSAR recomenda os critérios de cálculo, ilustra muito bem todos os exemplos, ????. A solução de unir dois escalões para benefício do segundo escalão mais baixo – ou seja, não o mais baixo de todos, mas o segundo escalão, beneficiar o segundo escalão – há um parecer favorável da ERSAR, e parece-me muito bem, agradecemos ao Executivo, que pelo menos para esse escalão social de consumo haja um baixo valor, que julgo que vai ser taxado pelo escalão imediatamente inferior. -----

Em relação ao investimento, no anexo 4 está o investimento previsto para os ??? 17 e 18, em que vemos um investimento avultado. Já que vamos ter outro ponto na ordem de trabalhos que tem a ver com a água, eu não sei se o Executivo já pode partilhar connosco alguma informação, se apenas no Ponto 4, que é o ponto referente à parte da empresa intermunicipal, mas sei que o Município vive num défice tarifário já há algum tempo, é verdade que nos trinta anos que antecederam este Executivo investiram muito em água – claro, tudo participado, desde já não podemos ser autónomos por causa disso – mas gostava de saber quais são estes investimentos. Já agora, se pudessem partilhar connosco, agradecia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Obrigado, Sra. Vereadora, pela explicação que aqui deu. -----

E referir duas coisas: Sr. Deputado José Aires, ninguém tira o mérito das grandes obras e das grandes barragens que foram feitas, mas também quando chegámos aqui tínhamos um milhão, seiscentos e oitenta mil euros (1.680.000€) para pagar de água, porque se esqueceu de pagar. Um milhão, seiscentos e oitenta mil (1.680.000€), ficou caro o esquecimento. Mais: quanto ao Executivo, votou esta proposta por unanimidade, e fez referência, se viram a votação, o Executivo discorda, no entanto, da recomendação por parte da mesma entidade ??? tarifário dos consumidores ??? está indexada ao terceiro escalão dos consumidores domésticos. Ou seja, não tínhamos grande margem de manobra; foi uma aplicação que veio de cima para baixo, uma orientação que veio de cima para baixo, que não nos dá grandes margens. E é a

Pedro  
h.  
Ay



primeira vez que estamos a fazer um tarifário social, porque até agora não havia, toda a gente pagava o mesmo. E quando a Sra. Vereadora refere os dez metros cúbicos, eu vou explicar o porquê dos dez metros cúbicos: é que os dez metros cúbicos foi a conclusão a que se chegou, que era o que a maior parte da população consumia. É por aí que vamos. E isto também implica uma situação em que as pessoas têm que perceber que têm que consumir menos e que têm que ser criteriosos. A água canalizada não pode servir para regar jardins, não pode servir para encher piscinas. Ou então, seguimos outro critério, que era o critério do anterior Executivo, e nomeadamente do Sr. Vice-presidente, Sr. Eng.º José Aires, que era um aumento brutal das tarifas, e com o qual, deixe-me dizer-lhe isto, na linha de pensamento eu concordo. O utilizador pagador ??? a água, a água é um bem escasso, temos que saber racionalizá-la. Portanto, não veja isto como crítica ao anterior Executivo, veja isto como uma possibilidade de termos um caminho semelhante ao que estava a ser feito, à exceção da tarifa social. Agora, a própria ERSAR, no seu relatório diz: "A Câmara Municipal de Torre de Moncorvo prevê investir dois vírgula sete milhões de euros (2.700.000€)", dos quais grande parte das obras são essas que estão elencadas, e que estão a decorrer no POSEUR. E deixem-me dizer uma coisa: as grandes discussões, em termos de barragem, sempre foi Vale Ferreiros, com o qual o anterior Executivo não concordava, eram contra Vale Ferreiros. Mas, foi Vale Ferreiros que permitiu que não fosse um carro dos bombeiros de três em três dias a abastecer a vila, em diversos pontos da vila. Portanto, ninguém tira o mérito do que se fez, e bem, só que temos de olhar para o futuro. E no futuro, temos uma entidade reguladora que nos vai obrigar cada vez mais a ser criteriosos. Que tenham isto bem assente: a água deixou de ser dispensável e passou a ser um documento essencial para estar aqui. Agora, Srs. Deputados, estejam à vontade, façam já hoje um manuscrito, metam no Facebook, arranjem uma série de documentação e ponham lá ??? no Concelho de Torre de Moncorvo, estejam à vontade. Se acham que isso é verdadeiramente fazer política e ser responsáveis, estejam à vontade. Eu cá estarei para defender o contrário. -----

E quanto a 2013, deve haver aí algum lapso; e tanto deve haver aí um lapso que se for às votações anteriores, verá o sentido de voto, ou pelo menos o meu sentido de voto. Veja, Sr. Deputado, que fará bem em recordar-se disso, e com certeza terá gosto na proposta e por quem a fez. -----

E respondendo já a esta questão, são cerca de dois vírgula sete milhões de euros (2.700.000€) que obrigatoriamente temos que fazer. E isto para incidir no quê? Basicamente nos sistemas ??? e perdas de água. Implementámos também, este ano já, a faturação ao Município, o próprio Município está a pagar, é faturada a água e paga. Portanto, tudo isto serve para uma estratégia a médio e longo prazo em que não podemos ter o que temos hoje, em termos de défice, que são cerca de seiscentos mil euros (600.000€). E esses seiscentos mil euros

Pedro  
M



(600.000€) de défice orçamental, porque é o Orçamento que está a suportar esse défice tarifário – estou a falar no global – servirá para fazer o seguinte, e eu sempre defendi isto: não deve ser o Orçamento do Município a subsidiar toda a gente; deve subsidiar, efetivamente, quem necessita. Essa é que é a forma correta. Ainda não chegámos lá. Mas, neste momento, para terem uma ideia, neste défice tarifário, tanto é subsidiado quem ganha o IAS, como quem ganha o ordenado mínimo, como o que ganha um milhão de euros (1.000.000€) por mês. É igual, é como estamos. É o Orçamento Camarário que serve para subsidiar isto. -----  
Agora, estamos um bocadinho a desviar-nos do tema, o tema é a criação deste tarifário social, e está previsto. E é esta a proposta, dentro dos critérios da ERSAR, aquela que conseguimos, sem onerar o cidadão e até ??? metros cúbicos, sem onerar mesmo, conseguir ter algo que não seja demasiado, em termos de custos para as famílias, mas que também permita ao Município cumprir critérios da ERSAR. Basicamente é isto que estamos aqui a discutir. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Vamos, então, passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, deliberou **por maioria**, com 21 votos a favor e 4 abstenções (dos deputados António Júlio Andrade, José Rodrigues Aires, Fausto Edmundo Tiago e Manuel José Dinis) **aderir ao “Regime de Tarifa Social de Água”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

### **PONTO 3 — CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2017.** -----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Fausto Edmundo Tiago** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Aqui é a consolidação das contas, que recorde que foram aprovadas, e portanto, limitar-me-ei a ler o relato sobre os requisitos legais e regulamentares, que a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas enviou no seu relatório: -----

Pedro  
14



“Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as Leis e regulamentos aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, não tendo sido verificadas incorreções materiais”. -----

Portanto, após esta constatação dos Revisores Oficiais de Contas, é somente ??? . Está aí no Ponto 12 ??? . -----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, relativamente ao Ponto n.º 3, Consolidação de Contas do ano 2017, quem pretende intervir? João Leonardo, Sr. Deputado Fausto Tiago, Luís João. Sr. Deputado João Leonardo, faça favor. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Em relação a este ponto, gostaria de destacar o esforço do Executivo e do Município com a implementação da contabilidade de custos e manter o plano financeiro. -----

De referir também que o auditor, no Ponto 7 da certificação legal de contas, refere o facto de o resultado líquido do exercício ser negativo, apresenta ??? três milhões e duzentos mil euros (3.200.000€), que reflete amortizações no exercício, que permitiu que no plano financeiro se mantivessem os equilíbrios e satisfizessem os compromissos com o serviço da dívida e demais obrigações. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Fausto Tiago, se faz favor. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ora, muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, público presente. ----  
Relativamente a este ponto, eu penso que o auditor é um encargo financeiro da Câmara, penso que sim. Ora bem, de acordo com a teoria expandida por um dos deputados do PSD na última Assembleia Municipal, este relatório tem o valor que tem, porque o que disse o Sr. Deputado Municipal relativamente à classificação da Câmara na transparência da sua atividade, a classificação era inútil, não tinha valor. Por quê? Porque a Câmara tinha-se recusado a pagar, a Câmara não pagava. Aquelas que foram bem classificadas a nível de transparência tinham sido bem classificadas porque contribuam, pagavam a essa empresa por fornecer esse serviço. Ora bem, de acordo com essa teoria, este relatório vale zero. Por quê? Porque a Câmara está a pagar a um auditor para fazer este trabalho. Logo, se paga, de acordo com a vossa teoria, o relatório tem que ser de acordo com aquilo que vocês pretendem, não pode ser de outra maneira. Ou a teoria que vocês expandiram aqui na última reunião servia, e agora já não serve? -----

Pedro M.  
Op.



Já agora, Sr. Presidente, o Sr. Presidente, quando tem dificuldade em explicar as coisas, vem sempre com a questão da dívida. A dívida do anterior Executivo já lá vai quase há cinco anos, mas o senhor, em cada momento, vem sempre falar da dívida da água. Mas, essa dívida da água estava englobada na dívida global, ou não estava? O senhor não perde uma oportunidade de falar na dívida, mas quando fala na dívida, devia falar no reverso. E sempre que o senhor falar na dívida, eu vou falar-lhe do lado oposto da dívida, daquilo que o senhor encontrou e que lhe permite hoje fazer muitas coisas – investir no imaterial, investir na cultura, investir no recreio. Por quê? Porque o senhor encontrou as infraestruturas feitas, encontrou trabalho base, os grandes investimentos. E fica avisado: cada vez que o senhor invocar a dívida, eu vou invocar o reverso dessa dívida, sempre. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Ora bem, o Revisor Oficial de Contas, revisores que pertencem a uma Ordem que lhes certifica a ética profissional, utilizam os critérios do POCAL, instituição estatal, para chegar a este relatório. Não é uma empresa que põe os seus próprios critérios e que ninguém a supervisiona, que tem o ranking com mais valor do que o Revisor Oficial de Contas, que pertence a uma Ordem, que antes de pertencer a essa ordem já teve que ser Técnico Oficial de Contas, demora não sei quanto tempo a ser Revisor Oficial de Contas, tem uma carteira profissional, que a pode perder se as contas não estiverem direitas em qualquer dos clientes que ele tenha, e além disso, os critérios que ele impõe – ele, neste caso, o Município, ao pedir a consolidação das contas a este revisor – os critérios são do POCAL, que é um organismo estatal. Pondo isto, comparando com a tal empresa, como falou o Sr. Membro da Assembleia Fausto Tiago, não se compara. -----

Indo à dívida e ao investimento, acabámos de ouvir o Executivo a dizer que só na água iam ser investidos dois milhões (2.000.000€). Todas as obras deste Executivo, ou a maior parte das obras deste Executivo, são na parte do ambiente, que é verdade, os trinta anos do Executivo PS permitiram-nos ter saneamento em todas as aldeias, mas o paradigma mudou. Em trinta anos, as nossas preocupações ambientais são cem vezes maiores do que eram há trinta anos, e isso requer investimento. Está sempre em mudança, é sempre preciso fazer investimento. Por isso, o investimento não parou; volto a repetir que só na água, serão dois milhões (2.000.000€). -----

Mas, voltando ao documento, que é o ponto que está em discussão, eu gostava que o Sr. Presidente nos informasse mais uma vez – é recorrente a minha pergunta neste sentido – da

Pede  
14.  
Ay



implementação da contabilidade de custos. É a única achega, ou seja, a única reserva que o ROC tem, já tem vindo a pedir ao Executivo a implementação da contabilidade de custos, já há algum tempo, desde que começou a fazer a revisão que pede a contabilidade de custos. Gostava de saber em que ponto está essa implementação da contabilidade de custos. -----  
E tenho a agradecer a este Executivo por ter implementado uma auditoria externa. Mesmo que paga pelo Executivo, essa auditoria externa foi pela primeira vez feita em Moncorvo com este Executivo; nunca foi feita nos anteriores trinta anos do Executivo PS, nunca pediram uma revisão externa, também a podiam pagar, mas não a pediram. -----  
Volto também a sublinhar, para terminar, que esta revisão é feita por um membro da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicando os critérios de consolidação financeira, de acordo com o POCAL. -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu prescindo, e falo depois no segundo período. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, relativamente ao segundo período de intervenções, quem se pretende inscrever? Sr. Deputado Fausto, Luís Dias. Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ora bem, quando eu falei neste estudo, não estou a pôr em causa a validade do estudo; Sr. Deputado, o que eu ponho em causa é o vosso critério. É que na última Assembleia, vocês puseram em causa uma classificação que é estabelecida por uma empresa, que provavelmente não é uma empresa qualquer, vocês puseram em causa essa classificação. Agora, pelo mesmo critério – e qual foi a razão por que puseram em causa? Foi pelo facto de algumas Câmaras pagarem, como é o caso que falámos concretamente, da Câmara de Alfândega da Fé, que ficou classificada em primeiro lugar, e o Sr. Deputado disse que ficou classificada em primeiro lugar porque a Câmara pagou. Nós não pagamos, nós ficamos no lugar número duzentos e cinquenta e oito a nível de transparência. --  
Aqui não há transparência, aqui há opacidade. O vosso critério é esse, é o pagar. -----  
Ora bem, este relatório foi pago. Eu não estou a pôr em causa o relatório; este relatório foi pago. Pelo vosso critério, este relatório não tem valor, porque vocês pagaram-no. Quem fez, pela vossa teoria, tinha que ser de acordo com aquilo que vocês queriam, mais nada. Eu não estou a pôr em causa o relatório, atenção. -----

Mas, já agora que o Sr. Luís fala nos Revisores Oficiais de Conta, sabe que as contas do BCE, sabe que as contas do Banif, sabe que as contas de todos esses grandes bancos eram todas

Pedro  
M.



auditadas, eram todas passadas a pente fino por N – não era um, nem dois – e deu naquilo que deu, Sr. Deputado. Portanto, não esteja a dizer que pelo facto de ser um técnico credenciado, ser um técnico que está inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que tem um cheque em branco. Não tem, porque se o senhor olhar para aquilo que se passa no país, não foi isso que aconteceu. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Eu gostava só de voltar a frisar a diferença que há entre uma empresa, a empresa que tem como objetivo social dar lucro aos seus acionistas, e um técnico que tem uma carteira profissional, que a pode perder se não fizer as contas, neste caso, bem feitas. É completamente diferente ser uma pessoa individual do que ser uma empresa, porque a pessoa individual tem o seu bom nome em causa, o seu bom nome profissional, enquanto uma empresa não, só tem que dar lucro aos acionistas. Por isso, não é comparável. Remeto V. Exas. para a pág. 4 do documento, em que é assinado por uma pessoa, e não por uma empresa, é o ROC n.º 10.047, é uma pessoa que está em causa. Aliás, está neste momento a ser mostrado, é uma pessoa. -----

Continuando, também há uma diferença entre um deputado dizer uma coisa e uma Bancada dizer outra. Aliás, quem ler as atas, não será a Bancada, mas será a Assembleia toda, a Assembleia toda pensa como aquele deputado, que ficou em ata que disse alguma coisa. -----  
Por isso, para terminar, ainda bem que há consolidação de contas, ainda bem que este Executivo audita as suas contas, eu não consigo perceber como é que não veem transparência em chamar um auditor externo e rever as contas, como é que isto não é bom sinal de transparência. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----  
Bem, eu nunca pensei que este ponto, depois das contas aprovadas, tivesse esta veemência, e eu agradeço esta veemência – aliás, com algumas intervenções, nomeadamente do Sr. Deputado Fausto. Sr. Deputado, já ando aqui há anos suficientes e conheço-o já há muitos anos para esse tipo de ameaças do “fica avisado”, ou de parecer um farol a comandar as tropas, tipo Mao Tse Tung, que era o mesmo que era o farol, e que V. Exa. terá repercussões ainda do tempo prequiano, para “ficar avisado”. Não é o “fica avisado” que a mim me amedronta, fique a saber já disso. Até podia ter ido mais longe, eu até pensei que a segunda

Pedro  
1h.



frase que me viesse dizer fosse “quem se mete com o PS, leva”. Eu pensei que fosse por aí, mas só fiquei pelo aviso. Muito obrigado. -----

Bem, dizer-vos também que este é um concurso que a Associação de Municípios do Douro Superior fez ??? para as Câmaras que pertencem à Associação de Municípios. Portanto, nós nem sequer fazemos o concurso do Revisor Oficial de Contas. Depois, obviamente, os custos serão repartidos pelos Municípios. Mas, até mais: como devem conhecer, é o Sr. Dr. Fernando José Peixinho um ilustre Revisor Oficial de Contas e membro do Partido Socialista. Portanto, é só para dizer que a escolha teve a ver com um concurso público que foi ganho. Mais: eles entram, saem, fazem o que têm a fazer e pedem o que têm a pedir, não somos nós que imputamos nada. -----

Mas, já que fala em alguns investimentos, o Sr. Deputado fala que passa sempre pela Barragem do Arroio. Está a imputar esse gasto à Câmara ou às Águas de Trás-os-Montes? É que falou que quando eu digo “dívida de um milhão, seiscentos e oitenta mil (1.680.000€)”, esse investimento, para ter uma ideia dos investimentos feitos em termos já de desvalorização ??? pelas Águas de Trás-os-Montes, já ia em um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€). Nem por isso dava para pagar a nossa dívida. Portanto, não me venha falar de eu estar aqui sempre a falar de dívida, quando ainda aparecem dívidas de 2009, como esta semana. -----

E mais, não estive atento, porque eu disse ao Sr. Deputado José Aires que o que estava feito, e bem feito, era para dar louvor, e que a grande questão até foi sempre a Barragem de Vale Ferreiros. Eu até disse isso. Agora, se quiser falar de dívida – e acho que já estamos todos cansados de falar de dívidas, mas transportes públicos têm alguma coisa a ver, e transportes escolares? A ADSE tem alguma coisa a ver com investimentos, para se estar a dever? Portanto, eu agradeço o aviso, estarei sempre aqui, agora, duplamente avisado, mas a verdade é que o grande investimento, como podem ver, é nos fechos dos sistemas de abastecimento. A grande bandeira, que foi sempre que a água chegava a todas as populações do concelho e as águas residuais tinham todas tratamento, também não é verdade. A Macieirinha, por exemplo, é um exemplo concreto, o investimento que tivemos que fazer no Larinho, e que vamos ter que fazer, e tem que se fazer mais. E havemos de sair nós daqui, e quem vier vai ter que fazer e continuar a fazer. O que foi feito foi bem feito, eu próprio disse que o grande louvor a dar é àqueles que foram eleitos logo no início, após o 25 de abril, por isso os homenageámos, foram eles que levaram água às casas, estradas às aldeias, saneamento às populações, são esses. Agora, pôr em causa um Revisor Oficial de Contas? Pôr em causa o relatório de uma pessoa credenciada? Isso é que eu acho que vai longe demais. Acho que vai longe demais. -----

Mas, basicamente para dizer que a contabilidade analítica encontra-se em implementação, finalizámos o património – quero dizer-lhe que o património desde 2002 que estava com obras

Po des  
A. H.



em curso, obras algumas das quais financiadas, não acabadas, e outras de que não era dada baixa, e portanto, não podiam integrar o património, uma série de situações que estamos a fazer, e esperamos que com a implementação do ??? que também está a decorrer, que possamos definitivamente ter resolvida esta situação de vez. É um passo que tem que se dar no dia a dia, e são necessários recursos humanos também, como é óbvio, só para aquela situação. E portanto, nós esperamos para ver se conseguimos. Estamos melhor do que a maioria das Câmaras do distrito. É para vos dizer que estamos melhor; já deram os primeiros passos, ou estão a iniciá-los agora. E portanto, estamos no bom caminho, mas não pode ser naquele caminho que todos visamos, e em que queremos estar, como é óbvio. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, seja rápido. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Vou responder à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. E ia responder, sabe por quê? Porque ??? o Sr. Presidente abriu um segundo período de inscrições, e o Sr. Presidente da Câmara não respondeu. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente da Câmara prescindiui. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Se o Sr. Presidente da Câmara prescindiui, não tinha que responder agora, neste momento, àquilo que eu disse. Já não é a primeira vez que faz isto. É a esperteza saloia. O Sr. Presidente abriu um segundo período de inscrições, e o Sr. Presidente prescindiui. Se prescindiui, não vai responder no segundo momento à minha questão, porque eu depois não tenho hipótese de responder. É que o Sr. Presidente, já é a segunda vez que utiliza esta esperteza saloia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe, não continua, já teve tempo suficiente. Desculpe, já entendemos o seu ponto de vista, mas você não pode querer alterar o Regimento. É um direito que o Sr. Presidente da Câmara tem de prescindir da palavra, tal como houve vários deputados que se inscrevem e prescindem. O senhor quer condicionar a resposta do Presidente da Câmara? O senhor tem duas possibilidades de intervir. Vamos todos embora e fica o senhor a falar? O senhor já vai na terceira intervenção; quer uma quarta? Quer uma quinta? Quer subverter o Regimento? O senhor tem um Regimento para cumprir. Quer continuar? Se quer continuar, nós calamo-nos. Ou há Regimento e nós respeitamos, ou não. O senhor teve duas intervenções, tem mais inúmeros pontos para intervir, e portanto, pode falar e pode debater os assuntos que achar por bem. Agora, não pode é condicionar a intervenção dos outros

Pedro  
M.



deputados ou do Sr. Presidente da Câmara. Eles responderão o que acharem por bem, no momento certo e oportuno. -----

Vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou e votou por maioria**, com 22 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados António Eduardo Teixeira de Carvalho, António Júlio Andrade e José Rodrigues Aires) a **“Consolidação de Contas”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

#### **PONTO 4 — CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INTERMUNICIPAL DE ÁGUAS – AIN – VERSÃO FINAL DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO.**-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Eduardo Carvalho (PS)**, **José Aires (PS)**, **António Júlio Andrade (PS)** e **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu pedi aos serviços para vos ser fornecido, para ficarem em casa com um CD com toda a Legislação, bem como com todos estes documentos, nomeadamente os estatutos, o acordo parcial, o estudo técnico e o contrato de gestão delegada. Este assunto, se bem se recordam, veio em 2016, mais propriamente no dia 28 de novembro do ano de 2016, à Reunião de Câmara, e veio à Assembleia Municipal no dia 5 de dezembro do ano de 2016. E para vos recordar, na altura foi votado favoravelmente, com duas abstenções – no caso da Assembleia Municipal, do Sr. António Júlio e da D. Fátima Gonçalves, foram as pessoas que se abstiveram. Na altura, como foi referido, traríamos o documento definitivo para ser apreciado na Assembleia Municipal. Como eu acho que é muito extenso o documento, já têm conhecimento dele, mas continua a ser extenso porque está diferente, neste momento em que os Presidentes de Câmara, aqueles que saíram, deixaram de estar, outros vieram, estão lá os nomes corretos, está tudo, a questão basicamente é para terem também um suporte documental em casa, porque eu acho que esta é daquelas situações em que vamos ter que ter um compromisso. E como aqui é dito, são cinquenta anos, é muito tempo, são cinco gerações, no mínimo, mas é

Pedro  
12.



quase o que nos é imposto. Eu não digo “o que nos é imposto”, mas quase o que nos é imposto. -----

Se bem se recordam, antes desta integração intermunicipal de águas, nós, os Municípios, estávamos integrados – e ainda continuamos – na empresa municipal de Águas de Trás-os-Montes, que ficou só em alta, ou seja, ficaram com a carne, podemos dizer assim, e os Municípios ficaram com a baixa, ficaram com os ossos, e estamos a ter grandes dificuldades em conseguir pagar às Águas de Trás-os-Montes os défices que, como eu vos disse, a Câmara de Moncorvo tem. Mas, temos as contas em dia, devemos zero às Águas de Trás-os-Montes. -- Agora, como converter este défice tarifário que temos? Ou através desta integração – e a primeira ideia era uma grande integração – aliás, eu já defendi isto junto das CIM's, que a fazer liquidação devia ser ou no Douro ou Trás-os-Montes, porque nós, no mínimo, temos que ter cento e cinquenta mil pessoas. A CIM de Trás-os-Montes está a percorrer o seu caminho, com os nove Municípios, e com a possibilidade – isto para fazer um bocadinho de história, um bocadinho mais de tempo, Sr. Presidente, mas é para as pessoas ficarem todas com a noção: a Águas de Trás-os-Montes tem os Municípios que pertencem à CIM de Trás-os-Montes integrados, à exceção de Mogadouro, porque ainda tem um problema que já vem de trás, que não aceita pagar às Águas de Trás-os-Montes investimentos que foi a Câmara exclusivamente a fazer. E portanto, enquanto não vir essa situação resolvida, não quer fazer esta integração, é uma forma de pressão também sobre o Sr. Ministro do Ambiente e o Secretário de Estado do Ambiente, que são os grandes impulsionadores desta reforma, e que vieram, ao contrário da anterior, se bem se recordam, imputar um custo aos Municípios do litoral, seiscentos e retirar três aos Municípios do interior. E nessa, todos estávamos de acordo, menos os Municípios do litoral. -----

Entretanto, se bem se recordam, ainda com o Ministro Jorge Silva, houve ações intentadas em tribunal, nomeadamente por empresas de águas que estavam com Municípios agregados. O atual Ministro do Ambiente e o Secretário de Estado do Ambiente entendem que essa reforma preconizada pelo Ministro Jorge Moreira da Silva não era adequada e retiraram por completo essa reforma. E então, o que propuseram foi isto, muito simples: agregação dos Municípios. E eu quero dizer-vos algumas particularidades da nossa agregação. Primeiro, é uma agregação constituída exclusivamente pelas Câmaras Municipais; não pode haver privados nem empresas. Os Municípios é que têm, na votação, para não haver o problema, por exemplo – e vou dar-vos um exemplo, sem querer aqui ferir suscetibilidades: Vila Real e Freixo de Espada à Cinta, podem estar em completo desacordo, mas a votação tem que ser por unanimidade. Há determinados pontos que têm que ser por unanimidade, foi outra das situações. Mais, se o Município quiser sair, os outros Municípios comprometem-se a ficar com a percentagem das ações, uma vez que é para não entrarem privados nem empresas que justifiquem o lucro.

Pedro  
14.



Basicamente é isto, é que se mantenha sempre no setor autárquico. Depois, o importante é irmos ao encontro da entidade reguladora do setor, que é a ERSAR, que também afunila para isto. E qual é a situação em que estamos agora? É esta: Alijó, que não consegue estar neste primeiro patamar, Carraceda de Ansiães, que tem o problema da concessão, que já tinha no Tribunal de Contas, que não os deixou sair da concessão – e portanto, se têm uma concessão, não podem integrar um sistema integrado porque não têm a propriedade livre, digamos assim, do setor – e Mogadouro. Todos os outros, inclusive Miranda do Douro, não aceitaram, e integrou-se nas Águas de Trás-os-Montes. E Vila Nova de Foz Coa. Vila Nova de Foz Coa integrou o Douro Sul, com Lamego, Moimenta da Beira, Sernancelhe, Penedono. E portanto, estamos nesta situação, situação que o Sr. Secretário de Estado defende. Primeiro, ele tem uma reunião com as CIM's, e na última reunião que teve – ele é muito frontal no que diz, ele estava numa empresa de águas, é um profundo conhecedor deste setor, e o que ele entende é isto: quem não estiver agregado terá maiores dificuldades, para não dizer que será impedido de recorrer a financiamento nestas obras do POSEUR, principalmente, e não sendo impedido, irá sempre estar atrás dos Municípios integrados, sendo certo que no que está proposto pelo Governo e pela ERSAR é que cada Município poderá ir a um investimento de dois milhões de euros (2.000.000€), exclusivamente para aquilo que estávamos a falar há bocadinho, todas as redes serem de alguma forma verificadas, aquilo que tiver que ser alterado, ser alterado, os canos e as condutas que não sejam com os materiais que agora eles preconizam serem retirados – começa-se logo por aí – mas houve aqui uma alteração em relação a 2016, porque o que se dizia em 2016 é que tinha de ser feito de imediato. Agora não, agora é durante cinco anos, o possível, a harmonização tarifária também é durante cinco anos, e para terem uma ideia, os estudos – eu quero que fiquem com esta ideia – os estudos apresentados apresentam, para um valor de dez metros cúbicos, vinte e dois euros e noventa e sete cêntimos (22,97€), nesta situação; na situação apresentada pelas Terras de Trás-os-Montes, mais dois euros (2€) para os mesmos dez metros cúbicos; e na situação apresentada onde nós estamos agora, Águas de Trás-os-Montes, mais quatro euros (4€). Ou seja, a proposta mais baixa tem a ver com a nossa, mas com uma justificação que também é fácil de ver: primeiro, porque ultrapassamos largamente os cento e cinquenta mil, e porque o Município de Vila Real já tinha basicamente feito uma empresa municipal, e que já não precisa de ser imputado esse custo. -----

Entretanto, o que é que se conseguiu também – e por isso é que eu digo, enquanto que com as Águas de Trás-os-Montes nós chegávamos lá e encontrávamos, por exemplo, todos os Presidentes de Câmara, sem ter havido uma reunião prévia, votavam contra este valor, o administrador chegava lá, votava a favor e passava, porque tinha cinquenta e um por cento (51%). Agora não, temos apenas as Câmaras. E o que é que ficou vertido neste documento?

Pedro  
M.



Eu não sei a página de cor, por isso é que eu quero que vocês fiquem todos com um CD, porque isto vai ser discutido novamente, e vamos ter que discutir estas coisas. O que é que ficou? É que havendo lucros, o lucro nunca é para a empresa; é para o tarifário descer, ao contrário do que era feito agora e do que estava proposto em 2016. O que estava agora era, no fundo, o modelo das Águas de Trás-os-Montes, que era para administradores, mais uma série de coisas. Agora, lucro imputado à tarifa para descer. E depois, são os Presidentes dos Municípios quem está no Conselho de Administração, não se vão contratar cinco ou seis que apareçam por aí, não, são os Presidentes dos Municípios que estão no Conselho de Administração. Isto, grosso modo, é o que está previsto. -----

Agora, o que é que nós temos, efetivamente? Temos os Municípios a encararem o problema da água, que já deviam ter encarado há dez ou vinte anos atrás, e que está a ser agora, estamos com a ERSAR a apertar cada vez mais a malha, e a chegar a um ponto que é um ponto fulcral, que é o que é que nós conseguimos fazer se não tivermos oportunidade de ir aos dinheiros europeus para esta questão. Mas, se virem o relatório da ERSAR, eles próprios dizem o que é que tem que ser feito, e para Moncorvo já está, e se repararem, muitas das obras já estão a decorrer. Onde é que nós temos aqui um grande problema? Temos o problema do cadastro, que devia já estar feito, mas por implicações judiciais, ainda não se conseguiu adjudicar, prevê-se que seja para breve, uma vez que já houve sentença do tribunal, e esse cadastro vai fazer com que nós percebamos o que é que são perdas de água, o que é que são necessidades de alterações de condutas, e o que é, efetivamente, o défice tarifário. Esse cadastro é essencial. E esse cadastro é também sustentado e subsidiado através desta implementação, para todos os Municípios – neste caso, para os dezanove Municípios. Depois divide-se, metade para o interior norte e metade para as Águas do Sul. -----

Entretanto, para vos dar também a conhecer isto, os Municípios das Terras de Trás-os-Montes, o que é que querem fazer? Querem integrar – e por isso vão ter que alterar, se for esta a ideia da empresa deles, têm que integrar na Resíduos do Nordeste. Isto pode ser um problema acrescido, ou não, para aqueles que estão fora, nomeadamente nós não estamos individualmente, estamos com a Associação de Municípios do Douro Superior, que como sabem, são vinte e dois e meio por cento (22,5%). Agora, os custos da água e desta empresarialização, no fundo, não podem ser imputados a quem fica só com os resíduos. E portanto, ainda estamos aqui a discutir se vai ser mesmo a Resíduos do Nordeste, como está agora previsto no estudo que também trouxemos à Assembleia Municipal em 2016, se está, ou não, fora. O funil começa é a apertar-se, não temos grande margem de manobra, principalmente quando os atuais responsáveis – neste caso, o Sr. Ministro e o Sr. Secretário de Estado – entendem que esta é a melhor forma. -----

Pedro  
Mh.



E agora, a minha opinião pessoal: eu penso que os Municípios, por si só, não conseguem nem têm capacidade para fazer as obras que são necessárias, e a renovação necessária, só das condutas – nem digo de mais nada, só das condutas. Não temos. Os Municípios cada vez mais vivem do que conseguem em termos de programas e indo à União Europeia. E a regra que está neste momento para a integração obriga a que seja, no mínimo, cento e cinquenta mil pessoas. Portanto, Moncorvo não consegue, por si só, e a maioria dos Municípios não conseguem se não estivermos neste modelo de gestão. Agora, eu também não quero dizer que isto é o melhor do mundo, e são cinquenta anos. São cinquenta anos que estamos aqui a decidir. Já tivemos trinta para trás, em algo que foi funcionando, mas para termos esta possibilidade, temos que ter como parceiros envolvidos todas as entidades públicas. E se não tivermos, por nós só, não vamos lá. E vejam, a ERSAR elenca ali uma série de coisas, que só para 2017 e 2018 são dois vírgula três milhões de euros (2.300.000€) para o Município. ----- Outro problema, que eu quero também que vocês estejam informados disso, que também está lá, mas que eu aproveito para dizer – depois vocês, no vosso CD, veem, e podemos trazer novamente; tem que ser votado até 30 de junho, por isso é que eu o trouxe – a questão tem a ver com os funcionários. E eu quero recordar-vos de uma coisa: em 2013, quando nós entrámos, já havia uma lista de funcionários, porque isto já vem de trás, esse estudo, e nunca se chegou a esta fórmula. Só que os funcionários – e aqui está mais o jurista a falar do que o Presidente da Câmara – isto é tudo muito bonito, a Lei até o pode dizer, mas ninguém pode ser obrigado a entrar para um novo “patrão”, mesmo sendo nas Câmaras, se não quiser. A mim parece-me lógico, mesmo estando previsto que uma das sedes ou um centro de distribuição de serviços seja em Torre de Moncorvo, por causa do Douro Superior. Ou seja, estaria um em Vila Real e outro cá. Isto faz com que tenhamos maior proximidade, obviamente, mas, como foi dito, e bem, aqui por alguns já em 2016, não temos a mesma proximidade que hoje temos, que é chegar ali e dizer “tenho ali uma rutura”, ou “tenho além uma tampa que saltou”, é diferente, obviamente. Mas, não temos outra solução para o futuro. E portanto, os Municípios estão muito vincados e muito preocupados com a situação, mas também querem dar uma solução ao Governo, dentro dos parâmetros que eles nos dão, a integração e a possibilidade de os Municípios integrados serem os primeiros a entrar nas comparticipações europeias. A alteração que houve aqui, e que nós temos que fazer ver ao Governo que é importante, e daí o 30 de junho, que é para o Tribunal de Contas se pronunciar. Ou seja, nós aqui até podemos estar a votar, mas a obrigação de levar isto ao Tribunal de Contas pode fazer com que este documento seja todo revisto. Se não votarmos, não vai a Tribunal de Contas, como é óbvio. E passa por isto mesmo, a unanimidade. Ora, como vocês sabem, em nenhum acordo parassocial nem em nenhum estatuto pode existir unanimidade; não há, porque senão isso era ferir os princípios democráticos. Não há unanimidade. Agora, nós gostávamos que isto fosse por unanimidade

Pedro  
Amh.



exatamente por isso, para que o mais forte não esteja a sobrepor-se ao mais fraco, nem os mais fracos se juntem todos para impor algo ao mais forte, e assim conseguiríamos um diálogo equilibrado. -----

Portanto, é este documento que vos proponho, sendo certo que terá sempre que ir a Tribunal de Contas, foi o documento que foi aprovado em 2016, hoje com os nomes já dos atuais Presidentes, e corretos, com a tarifa proposta a cinco anos, a vinte e dois ponto noventa e sete (22,97€). Basicamente, isto é o modelo de gestão que é preconizado agora; se for como o anterior, o anterior também foi aceite, e depois o Governo decidiu revogá-lo. Pode ser que na próxima Legislatura também se entenda que não é este, o quadro europeu mude, e mudando e possibilitando cada um per se vá, não vejo razão por que não havemos de continuar. Agora, temos que ter essa garantia, que neste momento não temos, porque o sistema proposto é o da integração de Municípios em baixa, tal como já está a funcionar na alta. -----

Para terminar, a proposta dos Municípios ao Governo, através também da Associação Nacional de Municípios, é que com a integração da baixa se comece já a falar da passagem para as mesmas entidades da alta. Ora, isso permitiria que o défice tarifário da maior parte dos Municípios fosse resolvido. E o que propomos é isto mesmo: tudo bem, continua com os cento e cinquenta mil habitantes como um dos critérios, continua com a possibilidade de aqueles que estão integrados serem os primeiros a concorrer e a serem subsidiados, mas deem-nos a possibilidade de sermos também nós a gerir a alta, porque esse é que é o grande fator, porque nunca se deveria ter aceite passar a alta sem passar a baixa, ou não passar e ficarmos nós com a alta. Mas, como está é que é impossível. Há Municípios que já não têm possibilidade, e vocês recordam-se, nomeadamente os que estavam cá já em 2009, 2010, que houve uma proposta do Governo de então para as tarifas beta – quem estava cá recorda-se disso. As tarifas beta faziam com que o tarifário fosse quase para metade. E isto por quê? Porque o que se discutia na altura era que não havia possibilidade, porque ainda não havia muitas das ETAR's construídas, e a própria capacidade daquilo que foi construído depois pelas Águas de Trás-os-Montes – por exemplo, isto é um aparte: eu sei que a fatura para o próximo mês vai ser o dobro da fatura deste mês, porque no contador de caudal que está nas Águas de Trás-os-Montes conta a que entra. Agora, eu pergunto – e era por isso que eram as tarifas beta: toda a água foi tratada? Se eu tenho capacidade – vamos dar aqui um número redondo – para cem, e se passaram lá quinhentos, de certeza que quatrocentos não foram tratados, mas é o que nos impõem hoje. E por isso, na altura, havia a perspectiva de a Associação Nacional de Municípios, juntamente com o Governo de então, aplicar essas tais tarifas beta, em que se veria qual era a capacidade de tratamento e qual é a capacidade efetivamente tratada, e só essa é que seria paga. Muitos Municípios, alguns da CIMDouro – é o caso, por exemplo, de Lamego, que andou e anda com essa situação em tribunal, para dizer: "Atenção, eu pago esta

Pedro  
1h.  
Ag



parte, mas não pago esta, porque entendo que o acordado foi as faturas beta” Só que o Governo também diz uma coisa simples: “Muito bem, mas onde é que isso está escrito?” Isso foi uma proposta da Associação Nacional de Municípios, chegou-se a um consenso na Assembleia, mas nunca foi posta em prática, nem os acionistas aceitaram. Era um problema, e continua a ser hoje, um administrador vota, e os Municípios ??? votam contra e não conseguem fazer passar a proposta. E portanto, a maior parte dos Municípios está a renegociar a dívida já, esquecendo a parte beta e a introdução dos juros. -----

Basicamente, é isto que se propõe. E por que é que me deixa mais ou menos seguro? Porque vai passar pelo crivo do Tribunal de Contas. Basicamente é isto. E se o Tribunal de Contas vir que não está salvaguardada a situação da legalidade, a situação de tarifas, a situação das próprias populações, mandará para trás. Agora, o que eu propunha era hoje a votação, independentemente do sentido de voto, e se quiserem, numa próxima Assembleia, continuar este ponto, porque temos que ir sempre acompanhando, sempre, e cada um já com o seu CD, completo, tratado, para terem em casa, e vamos acompanhando. Enquanto pudermos pôr questões, vamos pôr questões, obviamente; quando chegar a parte em que não conseguimos pôr questões, porque estamos elucidados, a partir daí obviamente que temos que implementar este modelo. Mas, cada Câmara vai ter esse problema adicional dos funcionários, como é óbvio. Não vamos mascarar a questão dos funcionários, porque não pode ser por uma lista pré-feita e entregá-la. Não pode ser. Tem que se falar com eles, se querem aceitar ou se não querem aceitar. Basicamente são estes os pontos que, neste estudo – e agora, ao contrário do de 2016, já com os nomes das pessoas que irão assinar, está aqui preconizado, não alterou nada do que já na altura se discutiu aqui. Mas, como há muitas pessoas novas, é isso. -----

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me deu. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, entrar no período de discussão. Sr. Deputado Eduardo Carvalho, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Apenas algumas preocupações, muito embora reconheça que, de facto, hoje as empresas intermunicipais terão outra dimensão e outra possibilidade de concorrer a fundos comunitários e outros. Mas, há algumas preocupações que, em função da análise explicativa que o Sr. Presidente deu, de certa forma me preocupam, desde logo o facto do prazo dilatado, que são cinquenta anos de obrigatoriedade. Acho que é demasiado. E por outro lado, também, de facto, o critério das cento e cinquenta mil pessoas, essencial para que cada Município possa estar, ou não, inserido nesta empresa intermunicipal. E a minha pergunta é se, de facto, estes Municípios que integram esta empresa intermunicipal, se o rácio populacional mudar, se saem,

Pedro  
M.



como é que serão estes critérios, porque como disse, e bem, se não estiver escrito, depois é complicado. -----

Depois, uma outra preocupação é se, de facto, haverá unanimidade nas votações. Vamos supor que há um Presidente de Câmara que não concorde, como é que funciona? Tem que haver necessariamente unanimidade? No caso de ele não concordar com determinado tipo de situação, como é que se procede, ou como é que funciona, digamos assim, a reunião, ou as conclusões a tirar? -----

Outra questão tem a ver, de facto, com os lucros, se eventualmente existirem, dessa empresa, serão restituídos de que forma? Per capita? Percentualmente, per capita, por cada Município? - Para terminar, de facto, não sei se o Sr. Presidente poderá dizer, se nós pertencemos a esta empresa, irá permitir que as tarifas que há pouco discutimos possam baixar o seu tarifário a médio e longo prazo. -----

Era só. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, se faz favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a esta questão, de facto, aqui o Prof. Carvalho já levantou algumas das minhas preocupações, ou a maioria das minhas preocupações, e sendo o relatório muito extenso e a questão também complexa, não teria assim muitas questões para colocar. Mas, esta questão também que está aqui associada à gestão dos resíduos e da água vem no sentido da discussão que tivemos anteriormente, e o Sr. Presidente falou, e bem, que quando chegou ao Município tinha uma dívida relativamente às tarifas da água. Agora, também se esqueceu foi de referir que fez, relativamente a essa dívida, o pagamento com a antecipação de receita muito para além do mandato a que está votado. E portanto, também onerou futuras gerações. Efetivamente, também referiu anteriormente que existia um défice tarifário na dívida porque esse défice tarifário continua a existir. Agora, pelos vistos, com esta proposta, se calhar vai diminuir, porventura com a proposta que foi apresentada anteriormente e explicada pela Vereadora Piedade, aumentar as receitas com a água e diminuir esse défice tarifário. -----

E depois, também não podia deixar de referir, porque foi aqui falado anteriormente pelo deputado Fausto, e bem, que o Sr. Presidente já fez isso mais do que uma vez, que se imiscuiu do debate, indicando que não pretendia falar após a primeira ronda de questões, e o Sr. Presidente da Mesa abriu a segunda ronda de questões. Em termos do regulamento ou do Regimento da Assembleia, até penso que seja passível de ser permitido; agora, é mais uma diferença dos vinte e oito anos de governação do Partido Socialista e deste Executivo atual, porque eu não me lembro que antes, os vereadores e os Presidentes fugissem ao debate e às

Pedro  
A. J. M.



questões. E não foi só um desrespeito para com o deputado Fausto ou por esta Bancada; foi também para a Bancada da maioria e para o deputado Luís João, que também tinha colocado questões que só foram respondidas no final, sem ter a possibilidade de, depois, fazer a sua intervenção. -----

Tenho dito. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado António Júlio Andrade, se faz favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** É apenas para expressar o meu lamento, é o país que temos, é o país em que vivemos, passámos dez anos a criar a empresa de Trás-os-Montes e a empresa Águas de Portugal, e quando se pensava que, realmente, as Águas de Trás-os-Montes e as Águas de Portugal iam distribuir também água em baixa e que a tarifa ia ser igual para todos, bastou aparecer o Presidente da Câmara do Porto a dizer que não podia, a dizer que não queria, para tudo deitar abaixo. Receio muito que estejamos mais cinco anos também a fazer uma nova empresa, que depois vá acontecer algo de semelhante. -----

Nos tempos modernos, tiveram de ter o primeiro regulador das águas e da eletricidade neste concelho, e eu recorro, de certo modo com saudade, esses tempos em que a Câmara Municipal recolhia e oferecia água, e até tinha lucro. Concretamente, tirámos água aos lavradores de Felgueiras, aos do Larinho e de outras terras para dar à Câmara. No final de contas, acabaram por ir parar às Águas de Portugal, para as Águas de Trás-os-Montes, para o raio que os parta. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Na continuação da última intervenção, o meu maior medo é esta perda de autonomia e perda de património para os locais, para alguém ou para uma instituição que poderá ficar longe de nós. Este é o meu grande medo, mas também, pelo outro lado, entendo perfeitamente a vantagem das candidaturas integradas e estes ganhos de escala com um sistema maior. -----

Só alguns dados de infraestruturas: o Município tem cem quilómetros, sensivelmente, de distribuição, e têm vinte e oito anos. Os coletores têm oitenta e cinco quilómetros, têm trinta e dois anos e meio. Isto precisa de obras, as tais obras de que vamos falando. Por exemplo, o meu medo é que esta entidade, por causa de um Presidente qualquer, não nos aprove estas pequenas obras, porque se fizéssemos um quilómetro por ano, ao fim de oitenta anos tínhamos isto tratado. Mas, a questão é: a decisão é tão longe, é em colégio em que basta um

Pedro  
14.



Presidente para recusar, e como é que nós vamos resolver os pequenos problemas da aldeia mais pequena de Moncorvo, que só tem cinco ou seis votos, que democraticamente não tem muito valor porque só tem cinco ou seis votos? -----

Também gostava de saber o que é que isto nos vai ajudar no défice, presumo eu que seja pelas perdas, uma das grandes batalhas que esta empresa vai ter é diminuir as perdas, diz aqui que no período de dois anos, até no máximo quinze por cento (15%). Não sei quais são as perdas, neste momento, do concelho, já ouvi falar em cinquenta (50%), não sei quanto é que é; presumo que se houver uma diminuição para quinze por cento (15%), na verdade os nossos défices irão diminuir. -----

Volto a referir a primeira observação que eu fiz da grave tragédia de ontem à noite, que foi uma tampa de uma caixa de saneamento ter saltado com águas pluviais, ou seja, esta interseção entre os dois sistemas, acho que é um caso crítico de ambos porque, como o Sr. Presidente disse há bocado, nós pagamos pela água que entra na ETAR. Se está a entrar água pluvial, estamos a tratar águas pluviais. Claro que eu entendo que as primeiras águas pluviais têm resíduos, já que são de lavagem, mas a partir daí é água limpa, é água da chuva, não devia ser tratada. Há alguma medida que irá ser tomada? Ou seja, nós já garantimos que esta nova entidade irá olhar para o nosso problema específico, de estarmos no sopé da terra, com poucos vales pronunciados para captar água? No fundo, é um lençol de água que vem pela serra abaixo. Ou seja, neste pequenino caso que é o nosso, será que tão longe como as Águas do Interior Norte, poderão ter a sensibilidade para decidir a curto prazo? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Srs. Deputados, o estudo que foi feito está na pág. 22 ??? no final, pode ver que as grandes ameaças é mesmo a pressão social para não aumentar as tarifas, a baixa densidade populacional, o relevo acidentado e a conjuntura económica desfavorável. Estas são as grandes ameaças a este sistema. Por outro lado, as oportunidades de investimento no âmbito da integração, o ganho de escala e a conjuntura favorável são a grande parte das oportunidades. E isto reflete também o que o Sr. Deputado Eduardo Carvalho perguntou, exatamente os lucros: como a tarifa é única para todos os Municípios, é na própria tarifa. Ou seja, os vinte e dois ponto noventa e sete (22,97€), podemos passar para os vinte (20€), para os dezanove (19€), para os dezassete (17€), para os vinte e um (21€), é sempre aplicada à tarifa, porque a tarifa tem que se harmonizar entre todos. Por isso é que eu há bocadinho dizia: as Águas do Norte propõem mais quatro euros (4€) do que este estudo, e as Águas de Trás-

Pedro  
A  
h



os-Montes mais dois euros (2€) do que este estudo. Por quê? Porque os Municípios, todos os que estão integrados, aceitam que aquela seja a tarifa única. E como é que o vão fazer? No prazo de cinco anos, que depois será deliberado se será no primeiro, no segundo, vai ser através de um crescendo, é essa a situação. Agora, o lucro é sempre, não como agora, reportado para a empresa, mas sempre aplicado na tarifa para baixar. -----

Sr. Deputado José Aires, não ouviu o que eu disse, eu falei em um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000€), exatamente para isso, da antecipação. Eu falei exatamente disso, disse que não podia imputar à Câmara, tinha de se imputar àquilo que já tinha sido feito pelas Águas de Trás-os-Montes, e esse é que deu o acordo. -----

Agora vou-lhe dizer uma coisa: lições de democracia em Assembleia Municipal, não estava cá, não estava certamente, porque eu tive aqui Presidentes de Assembleia com relógios à frente e a chamar a GNR, quando se passava o relógio. É verdade isto. Pateadas, acordos desse lado em que o Presidente da Assembleia até dizia "olhe que não é esse assunto, deixe estar". Eu passei por isso. Outros terão uma memória mais seletiva, não se lembrarão, mas eu passei por isso. Portanto, não estava cá seguramente com isso, nem ????. -----

Mas, o que interessa sobre isto, e voltando a este estudo, tudo o que foi feito está aqui como ponto forte para o concelho: a elevada acessibilidade física, o destino adequado das águas residuais, o número de recursos adequados e as infraestruturas existentes, tudo isto está aqui. Agora, ainda temos muitos problemas, e esse é um. O de a água pluvial entrar juntamente com a água residual é um problema, e por isso a necessidade do cadastro. E para se antecipar isso, já se fez este concurso ??? há dois anos. Mas, é essencial; este ponto é essencial. Quando se fala de perdas de água no Concelho de Moncorvo, já devem ter ouvido falar de setenta por cento (70%), ou sessenta por cento (60%), etc. A verdade é que cinquenta e três por cento (53%) não era faturado, e recordam-se disto, os fontanários todos corriam e não havia um contador. Hoje há contadores e as Juntas pagam, tem que ser. Os jardins, o campo de futebol, tudo isso, não tinham contadores, e hoje têm contadores e têm que pagar. Estamos neste ponto. Portanto, a percentagem dos cinquenta e três por cento (53%) de água não paga, hoje seguramente é muito inferior. Mas, isso releva para o quê? Para as perdas, porque não há uma distinção entre uma perda verdadeiramente dita e água não faturada. Por quê? Porque o que se vai ver é só no final da faturação. E nós até tivemos a sorte, que na semana passada tivemos uma inspeção da ERSAR cá, em que o Sr. Inspetor até esteve a ver os pontos fracos e os pontos fortes, e exatamente um era esse, o custo, porque pôr água que não é faturada como perda vai influenciar o número de obras que é necessário para substituir condutas, quando muitas delas não são necessárias, basta um simples contador. No Município de Torre de Moncorvo, o que é que vamos proceder já? Início de cada conduta e final, daquelas que são mais problemáticas, terem contadores nossos, no início e no final. Se entra ao início e não sair

Pedro  
M.



no final, ????. Isso é o que está a ser desenvolvido pelo Gabinete, quer de Engenharia Civil, quer pelo Gabinete Ambiental, que estamos a fazer esta parceria, no fundo, para termos um estudo que se adapte também a estas situações que a própria ERSAR já nos está a colocar. --- Agora, quanto ao prazo, cinquenta anos, também entendo que é muito tempo. Agora, o investimento previsto é de tal ordem que se não for este período temporal, pelo menos segundo os estudos, não há possibilidade de a empresa ter, no mínimo, alguma rentabilidade. - Agora, há aqui uma situação que vos quero dizer: nós, quando submetemos em 2016 e dissemos – porque nós passámos uma certidão a dizer que estávamos com intenção de nos agregarmos, para poder ir ao POSEUR. E neste momento, dos oitenta e cinco por cento (85%) que eram de fundo perdido, o POSEUR entendeu que devíamos ter um corte de vinte e cinco por cento (25%), e manter as obrigações, 2017, 2018 e 2019, sendo que uma delas é tão simples quanto isto: dos dois milhões e trezentos mil (2.300.000€), só foram aplicados trezentos e oitenta mil (380.000€) ainda. E por quê? Porque são os montantes que vão sendo dados às autarquias nos planos operacionais. Mas, para terem uma ideia, no global, dos vinte e seis por cento (26%) comprometidos – quer dizer, aqueles que vieram – temos vinte e cinco (25%) já executados. E portanto, tem que ser conforme ???, porque nós não temos mais, mas mesmo assim estamos a suportar quarenta por cento (40%). Não são só os quinze (15%) que estavam programados, mas quarenta por cento (40%), até serem decididos esses vinte e cinco por cento (25%), e temos que ser nós, com o dinheiro à frente. ----- Agora, o número de pessoas, neste momento, é o que está pensado para poder, entre as perdas e os ganhos, estar adequado. Eu estou em crer que daqui a dez anos, ou quinze anos, provavelmente quando iniciarmos este processo junto dos Municípios, vai haver sistemas muito mais eficazes e que custem menos às autarquias do que hoje. Provavelmente não vamos ter necessidades de andar com dois ou três carros, provavelmente vai haver melhor material em termos de implementação no terreno, e são esses custos que nós temos que reduzir, juntamente com estas simples coisas, como colocar um contador à entrada e um contador à saída. Estou certo que esse vai ser o futuro. Mas, também temos que implementar a regulação de uma coisa muito simples, que é a ideia de que não vale a pena fazer, como dizem no serviço de águas, que há sempre um tubo ladrão. E estes tubos ladrões também não são contabilizados, mas a água é gasta, e temos esse problema. E por isso, também implementámos um sistema de fiscalização, e que os Srs. Presidentes de Junta, honra lhes seja feita, também têm contribuído para que nós, em algumas situações, consigamos chegar lá. Mas, havia muitas situações destas. Eu posso-vos dizer que vi aldeias quase na totalidade.- E quando se fez o saneamento, mais uma vez, e as condutas para a água, houve muitos que fizeram paralelas, sem a Câmara saber, com possibilidade, depois, de fazerem ligações. E isto é que não pode acontecer. Eu acho que mais do que aumentarmos o custo do metro cúbico às

Pedro  
1h.



-----  
pessoas é conseguirmos racionar o consumo e aplicarmos medidas que revertam a nosso favor o que hoje aparece como perdas. Eu acho que se conseguirmos isto, tem toda a possibilidade de dar certo. Mas, continuo a dizer, e aí concordo perfeitamente com o que o Sr. Deputado António Júlio disse, com isso concordo perfeitamente: andámos a criar uma empresa que seria parceira dos Municípios, e depois encontrámos uma parceira que nunca votou ao lado dos Municípios. E portanto, é essa a grande vantagem desta empresa intermunicipal, é que é gerida exclusivamente pelos Municípios. E portanto, os Municípios sentem na pele aquilo que tiverem que decidir. E é como eu digo: não há ninguém que não queira ter tudo bem, possibilidade de diminuir em todas as contas, não há ninguém que esteja deste lado que não queira fazer o melhor para a população, mais que não seja diminuir isto tudo, não pagam nada. Não é possível. Portanto, este problema da água é complicado, vamos ter que estar todos, por isso é que eu quero que levem o CD, para estarmos todos. E em alguma questão, que haja vontade, não tenho problemas de expressão – aliás, eu até gosto de interagir, se não gostasse estava tramado. Portanto, eu gosto de interagir, seja onde for e nos locais que for. Neste, obviamente, é privilegiado. -----

Agora, perante o que temos, perante a Legislação que nos apresentam e perante a orientação ministerial e da Secretaria de Estado, é o que vos apresento aqui. Nem mais, nem menos, são estas as orientações. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Quem pretende intervir? Penso que ninguém. Se ninguém pretende intervir, vamos passar à votação do Ponto n.º 4, Constituição de Empresa Intermunicipal de Águas. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 32.º do n.º 1 e artigo 53.º do n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com a competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 2 abstenções (*dos deputados José Rodrigues Aires e Fausto Edmundo Tiago*) **aprovar:** a) **A constituição da Empresa local, sob a forma de sociedade anónima, com a designação de “Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A”;** participar como acionista fundador com uma participação de €2.356.125,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, cento e vinte e cinco euros), a realizar através valorização de infraestruturas a integrar no montante de €2.317.500,00 (dois milhões, trezentos e dezassete mil, quinhentos euros) e de, €38.625,00 (trinta e oito mil, seiscentos e vinte e cinco euros) a realizar em dinheiro, em conformidade com a **Proposta de Estatutos;** b) **A proposta de transferência da gestão e exploração dos**

Pedro  
14



sistemas municipais de abastecimento público e de saneamento de águas residuais urbanas do Município de Torre de Moncorvo para a Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A., em conformidade com a Proposta de Contrato de Gestão Delegada; c) A aprovação dos documentos, supra referidos, que integram a proposta e que fazem parte dos estudos de viabilidade, reorganização e criação da Águas do Interior – Norte E.I.M., S.A., sociedade que no futuro passará a gerir os sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e nos termos do contrato de gestão delegada, os sistemas de águas pluviais dos municípios que integram a sociedade. -----

-----O Deputado Vítor Manuel Amaro Vieira estava ausente na reunião na votação deste ponto.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 5 — ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2018.** -----

---

---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados Fausto Edmundo Tiago (PS), António Eduardo Carvalho (PS), José Aires (PS), e Luís João Dias (Coligação PSD/CDS). -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara: Obrigado. -----

Esta alteração ao Mapa de Pessoal vem no decurso do que foi deliberado em Câmara e Assembleia Municipal quanto aos trabalhadores precários. E portanto, esta é uma das situações que temos que ter, que é ter o número de vagas inscritas no Mapa de Pessoal, podendo, ou não, as mesmas ser preenchidas. As situações – e volto a repetir, o que se fez foi só com uma única alínea, que é a primeira da Lei, que é aqueles que estiverem em condições, de 4 de janeiro a 31 de maio de 2017. São estes os que podem entrar nos precários. E portanto, o que está aqui é que aqueles que poderão estar em condições são trinta e sete. Podem, ou não; tem é que se refletir o número daqueles que durante esse período efetivamente prestaram serviços, ou que foram colocados aqui pelo IEFP, ou por quem for, que foram trinta e sete. -----

Obrigado. -----

Pedro  
Ay M.



-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, entrar na discussão relativamente ao Ponto n.º 5. Sr. Prof. Fausto Tiago, Eduardo Carvalho, José Aires, Luís Dias. Sr. Deputado Fausto. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** É por causa desta questão dos precários, que serão provavelmente integrados nos quadros da Câmara, são aqueles que estavam ao serviço desde maio de 2017, de maio até setembro. É isso? Ora bem, imaginemos um caso de uma funcionária que, de facto, estava nessas condições, exerceu funções durante N anos – dez, doze, treze, catorze – e no último ano, não sei por que razão, essa funcionária foi preterida em função de outras. Essa funcionária reúne condições para ser integrada nos quadros? Esta é a pergunta, depois responderei àquilo que o Sr. Presidente disser. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Eduardo Carvalho.-----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----  
A minha questão é a seguinte: houve, de facto, uma medida para integração dos precários – aliás, foi uma medida deste Governo – e de facto, penso que não interessa a ninguém, quer seja a Câmara, quer seja qualquer empresa, ter precários a exercer funções que não sejam efetivas, digamos assim. De qualquer maneira, a minha dúvida e pergunta é como é que chegaram a esse número, trinta e sete. Como é que se chega a este valor? Quer dizer, uma autarquia deixar, entre aspas, “arrastar” este número de precários causa-me alguma apreensão, quando se pretende, de facto, que não haja precários nas instituições. -----  
Era só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente a esta questão, salientar apenas que acho que é uma medida extremamente positiva, e efetivamente justa, não só no caso do Município de Moncorvo, mas a nível nacional, este tipo de medida que vai efetivamente ao encontro daquilo que nós todos pretendemos, enquanto sociedade, que é combater a precariedade, e especialmente, neste caso, o Governo e os Partidos de esquerda têm feito aqui um combate sério e têm dado esta oportunidade. Acho que é uma medida justa, e saudar também o Município por ter aderido e por poder também integrar funcionários que há muito tempo estão, independentemente de quem são ou o que fazem, mas que, efetivamente, poderão ter agora um contrato com uma outra segurança e continuar a dar o seu contributo para o Município e para o nosso concelho. -----

Pedro  
M.



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

(Intervenção inaudível) ... não sei se há pessoas precárias neste sentido. E a minha questão coloca-se aqui, que é: saber ??? contratos temporários para estas funções, porque são funções menores, a maior parte das vezes as pessoas não iniciam num prazo ??? estas funções, mas que são necessárias na base da pirâmide para a máquina trabalhar. Será que há alguma flexibilidade laboral ??? para a gestão do Município? -----  
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. -----

Respondendo à questão do Sr. Deputado Fausto, eu referi que a nossa metodologia teve a ver com o que estava previsto na Lei. Todos aqueles que de 1 de janeiro a 4 de maio de 2017 estivessem a prestar serviços. Todos os que estiverem nessas condições podem candidatar-se. É o que diz a Lei, a Lei diz mesmo isso, é o período estipulado, 1 de janeiro a 4 de maio de 2017. Nesses, são todos aqueles que tivermos aqui – CEI, CEI+, que foram enviados pelo Centro de Emprego. Desde que tenham essas condições, a trabalhar aqui, podem candidatar-se. -----

Como chegaram ao valor, pergunta do Sr. Deputado Eduardo Carvalho: de uma forma simples, pedimos aos encarregados e aos Chefes de Divisão que nos dissessem, em cada área, o que é que precisavam mais, visto, por isso, o número de cantoneiros também ser, porque, efetivamente, nós, no estaleiro, estamos com algumas dificuldades, não só no número de pessoas, mas também naqueles que continuam a estar como ativos sem poder prestar o serviço. Ainda ontem – não quero falar aqui de nomes de pessoas que comigo nunca trabalharam, ou trabalharam só no início, e infelizmente para eles, que eu tenho a certeza que eles preferiam estar cá do que estar nas condições em que estão. E vão sucessivamente à Segurança Social e às comissões, e dão-nos como aptos para o emprego, que é uma coisa que eu não percebo. E nós próprios já fizemos uma casa de banho – já aqui referi isso – no estaleiro para pessoas deficientes e com mobilidade reduzida. E o que é que aconteceu? Um tombo no estaleiro desse funcionário, porque não se consegue locomover sozinho. Portanto, este foi o número a que se chegou, tendo em conta o que cada um entendeu. -----

Efetivamente, foi este Governo, e uma das condições que eu entendo essenciais é que não haja precariedade no trabalho. É essencial para a constituição de família, para a compra de

Cedra  
14



uma casa, para ter, no fundo, consistência na sua vida familiar. É necessário não estar a pensar que daqui a um mês, dois ou três vai perder o emprego. Esse é um ponto, e estou de acordo. Já não estou de acordo com a forma como o estão a fazer, e isto eu digo, já não é deste Governo que está investido de poderes executivos, pode ser deste Governo que está a trabalhar. E eu quero dizer isto desta forma, para não haver dúvidas: não é do PS, mas é do Bloco de Esquerda, porque esta definição de até 30 de junho termos de decidir, pode não ir ao encontro até dos interesses das entidades patronais, porque poderia ser, primeiro, entendermos que precisávamos de cinco ou seis cantoneiros e entravam esses, e depois sete ou oito, e faríamos isto progressivamente, obrigando-nos a indicar o número que, pela lógica e pelas necessidades, estaria previsto. Eu penso que assim seria melhor. Como já defendi aqui também, e esta situação vai ao encontro, se calhar, do que o Sr. Deputado Fausto refere, que era o seguinte: imaginem alguém que esteve durante dois anos a recibos verdes – não sei se era esta a situação, não faço ideia – e que depois vai embora, e porque não estava de 1 de janeiro até 4 de maio, já não preenche estes requisitos. Mas, no fundo, esteve durante anos a recibos verdes, e depois, para não entrar para os quadros diretamente pelo recibo verde, não entrou. Quero dizer-vos outra coisa: as escolas – não sei se é essa situação – não estão previstas nesta fase; isso está numa fase que é no pacote da descentralização. Esses não estão aqui, têm que ser operadores que de forma direta estejam a trabalhar para a Câmara, ou com protocolos na entidade para a Câmara. Os trabalhadores não docentes – aliás, eu e o Sr. Presidente da Assembleia já tivemos oportunidade de ver isso, e é uma matéria que mal me chegue oficialmente, trarei para conhecimento dos Srs. Deputados, que são os diversos cadernos da descentralização. Na educação está previsto isso, pessoal não docente, e depois há ali edifícios, ou não, passarem para as Câmaras. Mas, isto chegou ontem, e hoje já há uma novidade: é a possibilidade de serem as Câmaras também a tomar conta da eletricidade e serem fornecedoras, em vez da EDP. Esta é a última novidade. Portanto, nós vamos caminhando aqui, sem sabermos muito bem quando. Mas, se a situação é de escolas, está prevista na descentralização, no pacote da descentralização. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Efetivamente, as escolas – infelizmente, pela parte que me toca – não estão contempladas. E deixem-me que vos diga que há situações relativamente às escolas – permitam-me só este desabafo – que são incríveis. E por exemplo, quando foi da anterior transferência de competências, tínhamos três funcionários, que se não viessem transferidos para o Município, entravam para os quadros do Ministério da Educação. Houve uma transferência de competências do Ministério da Educação para a autarquia, e esses funcionários foram para o desemprego. E eu não digo mais nada, que é para não me alongar. -

Pedro  
h  
M



Outra questão, já agora que falam das escolas, há uma situação que era urgente o Governo resolver, que é a situação dos atestados médicos. Eu não estou contra os atestados médicos, atenção; estou contra a impossibilidade de substituição de um funcionário. Um professor falta, por exemplo, trinta dias e a Lei permite a sua substituição; um funcionário pode estar a faltar dezoito meses, ou até eventualmente trinta e seis meses, dependendo da gravidade da doença, e não é substituído. Mas depois, conta para o rácio. Ou seja, para todos os efeitos, ele conta como estando ao trabalho, mas pode estar trinta e seis meses em casa, se a doença for grave. Portanto, veem as incoerências que há por aí. Peço desculpa por este desabafo. -----  
Segundo período de intervenção. Sr. Deputado Fausto, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ouvei o que o Sr. Presidente disse, acho que apesar de tudo ainda reconhece alguma capacidade de corrigir injustiças que foram cometidas, e relativamente a esta funcionária que trabalhava no setor da educação, com catorze anos de contratos sucessivos, e penso que foi no fim de 2017, ela foi preterida por outras pessoas, quando havia uma avaliação positiva, quando os pais insistiram, quando toda a gente dizia que estava ali, de facto, uma pessoa interessada e que cumpria estas funções com isenção e com empenho. Tenho esperança ainda que o Sr. Presidente consiga corrigir essa injustiça que foi feita, de uma forma completamente descabida, não tem classificação para mim. -----  
Só agora um reparo àquilo que disse o deputado Luís João, é que ele disse uma coisa que foi grave, "funções menores", um funcionário que desempenha funções menores. Essa história das funções menores já é do antigamente. Na Rodrigues de Freitas, para quem não sabe, existia antigamente lá uma sala que tinha assim escrito à entrada "Chefe do pessoal menor".----  
Isso é uma classificação que vem de antes do 25 de abril. Ora, eu penso que isto foi um lapso dele, e acho que não devemos dar demasiada importância ao facto. Mas, são questões que muitas vezes ferem algumas suscetibilidades – não ferirão todas, mas algumas ferem. No caso, essa história do "Chefe do pessoal menor" foi uma inscrição que ficou na minha mente para sempre, quando cheguei àquela escola e vi lá "Chefe do pessoal menor", quer dizer, aqui há pessoal menor, há pessoal maior, há o intermédio, mas isso era noutro tempo, hoje não existe nada disso, penso eu, nem aqui na Câmara nem na instituição pública, penso que até particulares nas empresas, etc. Não existe nada disso; existem pessoas que desempenham funções com dignidade, sejam os calceteiros, sejam os cantoneiros, sejam os doutores, seja o Presidente da Câmara, sejam os vereadores, seja quem for. -----  
É só esse reparo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

Pedro  
M.



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Só para referir que eu não sabia o caso em concreto de que estava a falar, mas haverá possibilidade, certamente, se a transferência para as autarquias for da competência da autarquia no pessoal não docente, de ver cada caso. Aliás, aí é ver caso a caso, e aqui não, porque há bocadinho esqueci-me de dizer, as pessoas que aqui estão com possibilidades de concorrer, são mais de setenta; só CEI+ são mais de setenta. Portanto, nós aqui não sabemos o número de pessoas; esse é um caso concreto em que se sabe quem é, mas aqui não. Dentro do que há necessidade, podem concorrer ??? CEI+, o resto não sei. Portanto, é termos em conta, mas quero que fique aqui que as escolas não estão incluídas neste pacote. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 5, Alteração ao Mapa de Pessoal, vamos proceder à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade aprovar a “Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano 2018”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 6 — PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA ZONA BALNEAR DA FOZ DO SABOR.** -----

---

---

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é a proposta. Se bem se recordam, a zona balnear – estamos a falar só da zona balnear, não estamos a falar de concessões nem edifícios; zona balnear – tinha, no placar de madeira que estava lá, normas, no fundo, que as pessoas deviam ter na utilização daquele espaço, mas nunca estiveram regulamentadas, em termos de Câmara Municipal e de Assembleia Municipal. E por exemplo, dizia lá uma coisa que era: “Não é permitido fazer campismo selvagem”, nós sabíamos que, de dois em dois dias, ou de semana a semana, de sexta para sábado e de

Edis  
14



sábado para domingo, lá estavam, e telefonava-se à GNR e a GNR dizia: “Não está regulamentado, não podemos. As normas só são normas de conduta.” -----

E portanto, o que se propõe aqui é que aproveemos um regulamento que permita que essas situações tenham também alguma possibilidade de verificação pelas forças de ordem pública. Basicamente é esta a proposta que vos trazemos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, proceder à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade aprovar a “Proposta de Regulamento de Utilização da Zona Balnear da Foz do Sabor”**. -----

-----*Os Deputados João Augusto Leal Leonardo e Mário Diogo Pinheiro Miranda estavam ausentes da reunião na votação deste ponto.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

## **PONTO 7 — ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA – RENOVAÇÃO E CELEBRAÇÃO. ---**

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Edmundo Tiago (PS), António Eduardo Carvalho (PS) e José Aires (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui trazemos este tema anualmente, os acordos de execução celebrados com as Juntas de Freguesia para a limpeza de bermas, sendo certo – quero já salientar isto – que poderá haver necessidade de, em alguns sítios, termos que fazer um procedimento para empresas do setor, porque há queda de pedras, muitas, nomeadamente aquela que nos está a preocupar mais – se bem que andamos sempre nesta guerra com a Infraestruturas de Portugal – é a entrada do Pocinho até ao cruzamento da Açoreira, e depois, de Moncorvo até à antiga via panorâmica, até lá abaixo. Essas duas estão a preocupar-nos, e estamos a estudar, juntamente com os

Pedro  
14.  
Ap



serviços técnicos, a possibilidade de essas duas, que neste caso estão integradas nos acordos com as Juntas, poderem ser retiradas. Estou à espera disso. Se forem retirados, obviamente, Srs. Presidentes de Junta, não serão pagos, como é óbvio, mas aqui estão. Agora, os acordos são com as Juntas de Freguesia. E portanto, as questões que entenderem, depois serão respondidas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções? Fausto, Eduardo, Luís Dias. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Sr. Presidente, estes acordos já vêm de há muito tempo, de limpeza das bermas, era só uma questão: os valores têm sido atualizados, ou mantêm-se ainda os valores de há quatro, cinco anos? É que os custos estão permanentemente a aumentar, e para se fazer um trabalho com alguma perfeição, tem que haver uma atualização das transferências para as Juntas. Eu já falei com alguns elementos e ouço que, de facto, a coisa está muito apertada. E estando apertada, é evidente que depois o trabalho é aldrabado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Eduardo Carvalho. -----

-----**O Deputado António Eduardo Carvalho:** Era só apenas um reparo, aqui no acordo com a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que eu estava a tentar procurar, relativamente ao objeto, na cláusula um – eles são todos idênticos, mas relativamente ao de Moncorvo, na cláusula um, no objeto, limpeza das bermas da estrada municipal identificada no anexo 1. Depois, no anexo 1, relativamente ao de Moncorvo, foi também ????. E portanto, ??? eu não sei se se enquadra. Eu sei que no clausulado ??? não faz sentido que ??? esse reparo. -----  
E já agora, se me permite, também saber ??? falarmos da delimitação ????. -----  
Era só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não há mais intervenções? Prescindiu o Sr. Deputado Luís Dias. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Efetivamente, o custo mantém-se o do ano passado, mas alterou-se em relação ao primeiro, que era o dos cento e oitenta euros (180€) por quilómetro, contando as duas. Ou seja, alterou-se não o quilómetro linear, mas o quilómetro / verba, que é para terem atenção a isto. Ou seja, deixou de ser quilómetro linear para um lado e

Revis  
14.



para o outro, é por verbas, porque o trabalho, efetivamente, tem que ser feito nas duas bermas.-----

Quanto a essa questão, há um regulamento, e a Junta de Freguesia efetivamente fazia uma parte do troço, mas que vai deixar de fazer. E eu peço, se for possível, retirem a ecopista, é retirar a ecopista, uma vez que vai entrar em obras, e já chegámos a um acordo com a REFER e com a Associação de Municípios do Douro Superior para harmonizar os regulamentos, porque cada Município tinha o seu, e agora vamos harmonizá-los. -----

Dizer-vos também – que há bocadinho esqueci-me e peço desculpa – que se repararam, está “renovação e celebração”, porque houve quatro Juntas de Freguesias que pela distância e pelo número de população, viram acrescentado o seu valor. Obviamente, eu não vou falar de Juntas, mas se os Srs. Presidentes quiserem, também posso falar, e tem a ver com a distância, a comprometerem-se a fazer, para não ter que ir uma equipa do Município para lá, e as outras são aquelas que têm um maior número de aglomerados populacionais, e outro, aqueles que têm máquina própria – ou seja, se eles estão a pôr a máquina, não é normal que sejam eles a suportar, quando com as outras o Município faz. Foram as alterações que houve só nesse aspeto. Para que não fiquem aqui dúvidas nenhuma, foi com a União de Freguesias de Adeganha e Cardanha, o Castedo, a União de Freguesias de Urros e Peredo de Castelhanos, foram estas que foram revistas, estes acordos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Quem pretende intervir? Sr. Deputado José Aires, Luís Dias. Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----  
Relativamente aqui a este ponto, deixar apenas aqui uma indicação, que não pude deixar de verificar que é indicado como acordos de execução com as Juntas do concelho para a limpeza das bermas das estradas municipais, e nos últimos três acordos que vêm aqui referenciados, com a Junta de Carviçais, Cardanha e Castedo, refere aqui já uma situação distinta, que tem a ver com pequenas rotundas, por aquilo que consegui perceber. Portanto, identificar só como é que surgiu essa questão, e se existem outras freguesias no concelho que necessitem também deste tipo de intervenção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Prescinde da palavra? Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bem. Em cada uma das situações, como lhe disse, há diversas situações em que a Câmara entendeu que era possível fazer algumas alterações. Por exemplo, nesse montante que foi a mais para essas Juntas de Freguesia, eles

Pedro  
14.  
Ag



obrigam-se a ter essas possibilidades de fazerem essas pequenas reparações, pequena manutenção de rotundas e jardins, esse tipo de situações. Nos que são mais próximos de nós, ou naqueles que não aceitaram – porque também tenho de dizer que houve alguns que não aceitaram – naqueles que estão mais próximos de nós, nós comprometemo-nos a fazer, no que for possível. Agora, temos essas situações distintas. O que nos pareceu vantajoso para uns e para outros foi que, devido à distância, se houver uma rotura num cano no Peredo, de certeza que há lá alguém que consegue fazer aquilo, e escusam de ir os nossos homens para o Peredo, ou para o Castedo, ou para a Lousa – que a Lousa também tem, já tinha anteriormente. São estas pequenas intervenções que nós entendemos que se possa fazer. Agora, se for no Larinho, obviamente que se o Presidente de Junta liga, sai ali do estaleiro e vai lá. Basicamente tem a ver com o número de população – por exemplo, a União de Freguesias de Adeganha e Cardanha tem ali uma série de coisas, e tem distância, a maior, tirando a sede do concelho, é a União de Freguesias do Felgar e do Souto, mas está próxima de nós, nós conseguimos fazer. Basicamente teve a ver com estes critérios. -----

Eu não sei se me permite, Sr. Presidente. O Sr. Presidente da Junta, por exemplo, da Cabeça Boa não aceitou, porque entende, e nós estamos também próximos, e não tem disponibilidade de ter uma máquina, por exemplo. Não aceitou, está dentro das prerrogativas dele, porque estes acordos de execução têm que ser dentro das prerrogativas da Lei, não podemos inventar aqui. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, proceder à votação dos acordos de execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por maioria**, com 24 votos a favor e 1 abstenção (do deputado José Rodrigues Aires) **renovar “Os Acordos de Execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para limpeza das bermas” e aprovar “a celebração dos Acordos de Execução com a Junta de Freguesia de: Carviçais, Castedo, União de Freguesias de Adeganha-Cardanha e União de Freguesias de Urros – Peredo dos Castelhanos para arranjo de pequenas rotundas na rede de água.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

Pedro  
14



**PONTO 8 — ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA – INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA/MANDATO 2017/2021 E PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA. ---**

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** É uma situação em que temos que eleger um representante. Como sabem, ainda existe a Assembleia Distrital – já não há distritos, mas existe Assembleia Distrital, que é uma coisa contraditória. E depois, temos que eleger representantes, senão aquilo não funciona. -----

Não sei se o Sr. Presidente quer falar. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Só uma breve explicação: eu enviei uma justificação para a Assembleia Distrital a dizer que não estaria presente, bem como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, porque ainda não tínhamos tido Assembleia Municipal para eleger o representante das Juntas, e notificámos. Mas, no anterior mandato, das quatro vezes que fui convocado, fui lá e nunca se conseguiu ter quórum. E não consegue ter quórum por uma razão simples, é aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia acabou de dizer: os poderes que a Assembleia Distrital tinha, que eram vários, foram esvaziados. Depois, tinha património, e o património passou para a CIM de Trás-os-Montes. E depois, tinha uma função que era editar uma revista que era a Brigantia, passou também, com o respetivo montante de trinta mil euros (30.000€), para a CIM de Trás-os-Montes. Ou seja, ficou esvaziada de poderes e ficou completamente inócua, porque quando fizeram esta reforma, acabaram com os distritos e esqueceram-se que na constituição vem lá como órgão obrigatório uma Assembleia Distrital. Mas, como nestes últimos tempos não tem havido dois terços para a alteração, nunca ninguém se lembrou disso. É uma coisa pequenina, que eu acho que se fosse só para aquela matéria, toda a gente votaria a favor. O que é certo é que não se trata de desrespeito, como vinha nas parangonas dos jornais, “autarcas desrespeitam”, depois uns justificaram e outros não justificaram, não se trata disso; trata-se, efetivamente, que nós chegamos lá, assinamos, e vimos embora. Não há, porque não há Orçamento. E vamos embora. E normalmente são sempre à tarde. Este é um problema, e nós todos já falámos disto, já remetemos, aliás, para quem de direito a necessidade de reforma, o que é certo é que os Presidentes eleitos da Assembleia Distrital por Lei são obrigados a mandar a convocatória. E depois, está tão bem feito isto que as Assembleias Municipais são em junho, normalmente, e eles convocam dois ou três dias antes, também em junho. Não dá possibilidade de eleger sempre o representante das Juntas, porque a convocatória, ou sai depois das Assembleias, ou se sai antes, sai dentro do

Pedro  
Aj 14.



prazo limitado, e não se consegue fazer a votação e a eleição que hoje obrigatoriamente temos que fazer, mas que o resultado prático é zero. Portanto, nós temos que indicar um nome, um qualquer que seja Presidente de Junta, para podermos cumprir o regulamento de uma coisa que não funciona, e que agora pedimos emprestado um edifício para reunir porque o edifício da Assembleia Distrital passou para a CIM das Terras de Trás-os-Montes, que é outra questão. ---

-----**O Presidente de Mesa:** Como disse o Sr. Presidente da Câmara, vamos ter que eleger um representante – eu já vos dou a palavra se quiserem pronunciar-se – que é um membro escolhido de entre os Presidentes das Juntas de Freguesia. Já vamos proceder à eleição. Não sei se querem intervir sobre este ponto. João Leonardo. Não, vamos fazer a votação, mas estou a ver se querem falar sobre este ponto. Então, vamos fazer a votação do representante da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo para a Assembleia Distrital de Bragança. Façam o favor de apresentar as propostas. Têm que indicar um nome, aqui só fala de um Presidente de Junta, mas também nada impede que indiquem um substituto. Indicam um nome, que depois será proposta A e proposta B, ou C, ou D. Prescindem de apresentar proposta? Têm algum nome? Façam favor. Façam favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Nós vamos propor o membro que estava anteriormente, o Presidente da Junta de Moncorvo, José Carlos Meneses, que também já era o membro que estava no anterior mandato, e mantemos a mesma pessoa. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É a única proposta, não é? Têm o vosso boletim, é “Lista A”, é única, não há mais nenhuma proposta. Portanto, já sabem, têm as várias alternativas: Lista A, votos brancos, votos nulos. Só há uma lista, que é a “Lista A”; evidentemente, não são obrigados a votar na lista A, podem votar em branco. -----  
Estão todos? Vamos, então, proceder à contagem. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 2.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, **elegeu por escrutínio secreto**, com 19 votos a favor, 2 nulos e 4 brancos, **o Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo: José Carlos Meneses.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

Pedro  
Ag 1h



**PONTO 9 — ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO —  
MOÇÃO: PROPOSTA DE ESTATUTOS DOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS  
CONTINENTAIS.**

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, não sei se quer intervir. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Apesar de este ponto ser exclusivo da Assembleia Municipal, mas posso só dar uma contribuição: o que se fez aqui foi, exatamente, tentar transpor os benefícios das regiões insulares. Como há territórios periféricos insulares, tentou criar-se aqui os territórios periféricos continentais, que já havia uma proposta, se se recordam, que até já veio aqui, ainda sem estar burilada, que era dos territórios transfronteiriços, que deveria ter ido à Cimeira Ibérica quando decorreu em Vila Real, e estava na ordem de trabalhos. Depois, foi retirada e não foi discutida. Portanto, esta proposta, basicamente o que refere é isso mesmo: saúde, benefícios fiscais, ensino, apoio social, agricultura e finanças locais. São estes os temas. E no fundo, é dizer que se há necessidade de termos um estatuto do território periférico insular, também queremos um continental. -----

Basicamente é este o mapa. O mapa, sobre o número de habitantes, foi construído de acordo com as normas possíveis para os territórios periféricos. Por isso, podem haver aí algumas divergências em termos de população. É por isso que já vos estou a dizer, pode haver. -----

Mas, esta, como eu disse, é uma proposta exclusivamente da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Discussão deste ponto, quem pretende intervir? Não há intervenções? Então, vamos passar à votação da moção oriunda da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, sobre o estatuto dos territórios periféricos continentais. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidade, aprovar a “Proposta de estatutos dos territórios periféricos continentais”.** -----

-----*Os Deputados Maria Amélia Cabeleira e Manuel José Dinis estavam ausentes da reunião na votação deste ponto.* -----

Pedro  
Ag 1h.



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

\*\*\*\*\*

### ----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminado o período da ordem do dia, temos aqui dois pedidos no Período de intervenção do público, temos duas inscrições. A primeira inscrição é do Sr. Paulo Jaloto, e a segunda do Sr. Luís Lopes. O Senhor Paulo Jaloto pretende falar sobre o comércio local; o Senhor Luís Lopes, de assuntos de interesse municipal. Têm cinco minutos para expor a vossa questão.-----

Faça favor, a primeira inscrição foi do Sr. Paulo Jaloto, e por isso ele falará em primeiro lugar. -

-----**O Município Paulo Jaloto:** Obrigado, Sr. Presidente da Mesa. Aproveito para cumprimentar a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara e todos os presentes.-----

O assunto que me traz cá é deveras importante para todos os intervenientes. Tenho que fazer antecipadamente uma pequena nota, porque eu pedi para haver uma intervenção e falarmos no início, para não estarmos aqui cinco horas, ou três horas à espera. Mas, o Sr. Presidente nem pôs à consideração da Mesa.-----

Congratulo-me também que o Sr. Presidente da Câmara teve a hombridade de dizer que gosta do debate, e admiro-me, porque sempre que cá vim, depois das questões que pus, o senhor fugiu ao debate.-----

O tema que me traz é: há dezassete anos que eu vivo do comércio em termos de supermercados, e sempre se falou da vinda de unidades ou de grupos maiores. Eu nunca liguei muito ao assunto porque sei de antemão que estamos sujeitos à livre concorrência. No entanto, ultimamente chegou-me aos ouvidos, e tenho provas disso, que o Sr. Presidente da Câmara, deslocando-se a Foz Coa, ou não sei onde é que foi o encontro, convidou um empresário da área e de um grupo alimentar a vir instalar-se. Eu entendo que o Sr. Presidente tenha necessidade, perante alguma inércia em falar com empresários e trazer indústrias para a terra, que queira apresentar algo de espampanante, que vai criar - só na cabeça do Sr. Presidente - vinte postos de trabalho, ou trinta que sejam. Neste momento, queria afirmar que

Pedro  
Jaloto



esta atitude – e é uma opinião minha – isto não passa de um ato de traição a todos os Moncorvenses. E no tempo dos romanos, quem cometia um ato destes, tinha a hombridade de se suicidar. Desde já, peço ao Sr. Presidente que, com um ato destes, de traição ao comércio todo, no seu global, tivesse a hombridade de pedir a sua demissão. -----

Começo por dizer que o Sr. Presidente com certeza vai negar – se calhar era o que eu faria se fizesse tal aberração. Mas, vamos analisar ??? e eu friso mais uma vez, estou contra ??? e não contra a abertura, porque toda a gente está sujeita à abertura de qualquer comércio, desde logo os supermercados ??? em causa própria, e estas unidades tiveram uma evolução muito grande ao longo do tempo. Neste momento, se abrir, vai abrir com ??? nos supermercados ??? negócio próprio, ??? num supermercado, e não é mais do que vir perguntar ao meu funcionário do talho o que é que vai ??? amanhã, e ele vai-me dizer que é o frango, e vai-se fazer frango estufado a um preço muito reduzido, o que encaminhará para lá as pessoas, e os restaurantes serão afetados. Mas depois também têm pacotes de café com natas a sessenta cêntimos (0,60€), que irá afetar as pastelarias. Depois, eu não tenho pujança, nenhum supermercado que esteja na terra tem força nem pujança para ter pão quentinho todos os dias. Eu próprio sou contra esse pão, o pão de plástico, mas também eu próprio gosto muito desse pão, mas não temos essa pujança. Na realidade ??? vão perder as padarias. Neste momento, vendem medicamentos sem receita médica, vão perder as farmácias. Neste momento, vendem gasóleo ??? passado uns tempos já têm gasóleo. Vendem pneus. Bom, os talhos, nem se fala, serão eternamente afetados. E isto, para mim, só há uma análise para fazer: o que é que o povo ganha, as pessoas ganham? Nem de propósito, anteontem – e temos que valorizar aquilo que ??? diz, não podemos valorizar numas circunstâncias e noutras não, faz a gestão do mercado, onde por acaso ouvi dizer que ??? melhores preços. ??? dizem que as cadeias mais caras são o Intermarché, Minipreço e Lidl. Ora bem, promoções todos temos, e portanto, o Ecomarché também vai ter promoções, uma delas um cabaz em que é analisada a questão ??? o público no seu geral não ganhará nada. -----

Eu gostava que o Sr. Presidente me dissesse o que é que tem a dizer sobre isto, já sei que o vai negar, sendo certo que não poderá negar, ??? é uma das provas que eu tenho de que o senhor teve esta conversa e este convite. ??? um funcionário meu, para lhe dizer, Sr. Presidente, que no dia em que começarem as obras – e o meu funcionário entende melhor que ninguém – nesse dia, eu tenho ??? disponíveis ???, e dar trabalho. -----

Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Muito obrigado, Sr. Paulo Jaloto. -----

Pedro  
1h.



Dizer-lhe que eu me limitei a cumprir o Regimento, e se efetivamente vamos alterar o Regimento por toda e qualquer situação, a Assembleia é soberana – o Regimento não é meu, é da Assembleia. E mais, o período de inscrição para o público está estipulado no final do período da ordem do dia. Quer dizer, para atender às suas pretensões – que serão legítimas, as suas; as da Assembleia não serão, e as do Presidente, enquanto tal, também não serão – teríamos que ter dois períodos da ordem do dia, primeiro para responder às suas questões, e depois para responder, por exemplo, a outra pessoa que chegasse eventualmente a meio da Assembleia e dissesse que quer intervir. Com que legitimidade é que se ia dizer à pessoa que não podia intervir? -----

Não sei se o Sr. Presidente quer intervir agora? É melhor, então. Sr. Luís Lopes, faça favor. ----

-----**O Município Luís Lopes:** Muito bom dia a todos. (Interrupção da gravação). -----

... 2010, está agora a dar frutos. Parabéns a todos os técnicos que estiveram envolvidos neste evento. -----

Quero também dar os parabéns ao Sr. Presidente, na pessoa do Sr. Presidente, e ao Município, é evidente, sobre a apresentação pública do projeto dos lagos do Sabor, que foi em Lisboa. Só que os lagos do Sabor não nasceram agora; os lagos do Sabor nasceram em 2013. Agora, podem é estar a dar os primeiros passos, mas não nasceram hoje; nasceram em 2013, aquando da construção da Barragem do Baixo Sabor – o senhor sabe isso melhor do que eu. Já agora, em relação aos lagos do Sabor, nessa apresentação pública, quantos empresários da área do turismo estiveram presentes? É que quem apresentou – a nós interessa-nos é que apresentem projetos aos privados. Quantos empresários da área do turismo estiveram nessa apresentação? Pode dizer-nos? É porque esse tal resort de que fala, já existe o projeto, que foi deixado pelo Executivo liderado pelo Eng.º Aires Ferreira. Portanto, são dois projetos aos quais nós devemos dar os parabéns, e damos, e acho que se deve dar, mas são questões que vêm de trás, e damos os parabéns nesse sentido, obrigado e parabéns por manter uma linha de investimento que vinha na senda do anterior Executivo. -----

Só mais duas questões, para terminar: na última Assembleia, V. Exa. disse que andavam a ocupar espaços públicos sem pagar as devidas taxas. Não disse nomes, é evidente, mas no que a mim me diz respeito, é verdade que montei um insuflável junto ao parque infantil, no jardim, para festejar o aniversário da minha filha, que foi no "The Garden House"; fi-lo sem saber que seria obrigatório ou necessário pagar as taxas de ocupação do espaço público. Era preciso pagar, fui pagar, está tudo resolvido. Paciência, foi um erro meu, mas já o corrigi. No entanto, Sr. Presidente, já que é tão zeloso com os espaços públicos, o que é que tem a dizer, há mais de um ano que aprovou em Reunião de Câmara o desmantelamento dos parques infantis, e o parque infantil do Olival das Bolas continua na mesma, e este desmantelamento foi

Pedro  
A. M.



por uma obrigação feita pela ASAE. E o Sr. Presidente assobia para o alto? Parques infantis que não têm segurança. Sr. Presidente, o parque infantil do Olival das Bolas foi mandado desmantelar pela ASAE, e o senhor está a desrespeitar a ASAE. Vou-lhe dizer que no próximo mês, julgo que terá capacidade para resolver este problema, caso contrário, a ASAE terá que ser informada sobre esta situação. E não me venha com os Orçamentos Participativos em relação ao parque infantil. -----

Para finalizar, Sr. Presidente, tenho que voltar à questão das lombas, porque na última Assembleia o Sr. Presidente mentiu, omitiu ou foi mal informado, mas para mim, mentiu. E explico-lhe por quê: é que o senhor disse, na última reunião de abril, que a questão das lombas estava resolvida, mas em maio e junho continuam as obras nas lombas. Então, é o faz e desfaz para ter trabalho? Em que é que ficamos? Em abril estava tudo pronto, e em maio e junho voltam lá as obras? -----

Outra questão: por que é que andam lá os funcionários do Município com o trator e com a retro? A quem é que foi dada aquela obra a fazer? A quanto é que está aquela obra? Diga, tenha a coragem de dizer em quanto é que está o valor daquelas duas lombas. Você, parece que tem medo de dizer quanto é que custam as lombas. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Já concluiu? Já ultrapassou o seu tempo largamente. -----

-----**O Município Luís Lopes:** Só uma questão, Sr. Presidente: os bons advogados aplicam a Lei e conseguem-na contornar. Para resolver este problema, em vez de ter feito lombas, fazia rotundas. Assim, contornavam, de certeza absoluta. -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Da parte que me toca, efetivamente, foi marcada a Assembleia para uma sexta, como é tradição, segundo me disseram. Quando eu vim para a Assembleia disseram-me que as reuniões eram às segundas e sextas-feiras. E eu mantive essa tradição. Calhou nesta sexta-feira; eventualmente no próximo ano, se estiver por cá, eu darei atenção a esse aspeto. Logicamente, às vezes é difícil compatibilizar as agendas, a minha, a da Câmara, etc. Habitualmente, tenta-se que haja um consenso, um acordo. No próximo ano, como disse, tentarei atender a isso. Logicamente que poderá haver outros acontecimentos, não sei depois como é que iremos fazer. -----

Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se pronunciar sobre estas duas intervenções do público. -----

Rede  
Ap / h.



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Muito obrigado ao público pelas questões que fizeram. E alguns ainda estarão aqui do tempo em que a resposta seria: "Tomei em boa consideração as vossas preocupações", e saíamos. Era assim que se fazia. -----

Mas, Sr. Paulo Jaloto, o senhor cometeu aqui um verdadeiro harakiri, é que foi um harakiri monumental, maior do que a torre de Torre de Moncorvo, porque nem disse o que sabia, nem sabia o que dizia. E portanto, como não sabia o que dizia, disse o que é normal em si dizer: atirar para o teto, bater neste, bater naquele, bater no outro, é normal. -----

Olhe, Sr. Paulo Jaloto, se o senhor não convidou alguém, eu também não convidei. Estava eu a dizer que se o senhor não convidou, eu também não convidei. Agora, há uma coisa que lhe vou dizer: não fecho a porta a qualquer empreendimento privado, seja turístico, seja na sua área, seja na área de quem quer que seja. E se vierem aqui perguntar à Câmara, qualquer que seja o investimento, a Câmara deve ouvir as pessoas. É assim, é assim em todo o lado, e aqui é assim, pelo menos enquanto eu estiver cá. E não vou querer, para um estar bem, prejudicar os outros todos, mesmo os que já estão cá. Essa não é a minha forma de trabalhar. Agora, não meta aqui familiares, mais isto, mais aquilo, que eu nem sei de quem é que fala, nem quero saber. Fica a saber que nem quero saber. E quanto ao seu assunto, dou aqui por encerrado, porque enquanto vier com este tipo de linguagem, eu não quero descer ao nível do Quaresma.- E portanto, não digo mais nada. -----

Sr. Luís Lopes, se pagou, fez bem, dou-lhe os parabéns. Olhe, estamos aqui os dois a dar os parabéns um ao outro. Se pagou, fez bem, e eu sei que pagou. -----

Quanto aos projetos, muito obrigado. Obrigado, porque sendo um Município, são todas as Câmaras – nem vou comentar o resto, porque não vale a pena. -----

O desmantelamento dos parques infantis, a obrigação da ASAE, uma série de coisas, também faz muito bem. Já aqui foi dito, "fica avisado", também mais um aviso. Também faz muito bem, eu concordo. Concordo. Agora, o que é que eu não lhe aceito? Não lhe aceito, e porque vi que eu perguntei a informação quando respondi, que diga que menti. Isso é que eu não lhe aceito, porque vi que nessa reunião eu perguntei. E portanto, eu dei a informação que me tinha chegado aqui. E não tenho problema nenhum em lhe dizer em quanto é que ficam as lombas. Não tenho problema nenhum. Não tenho aqui, mas na próxima reunião, esteja cá e direi, se o problema são lombas. -----

Agora, há esta situação: como eu sei que anda aí pelo distrito todo – e isto, estou a dizê-lo por bem, atenção, não levem as coisas a mal – vi o que aconteceu em Mogadouro: depois de terem asfaltado tudo, abriram outra vez, porque a concessão do gás é do Estado, não é nossa. Agora, há outra coisa que eu lhe queria dizer, e penso que ouviu, fui criticado aqui, mesmo dentro da própria Vereação que sustenta este Executivo, que deveríamos ter feito antes a

Pedro  
M.



pavimentação. E eu defendi – até porque se podia ter feito antes das eleições – que não. E estou certo que a hombridade do Sr. Presidente da Junta não ia dizer que aquela era uma obra da Junta. Agora, entendo que não devia ser feito, por uma questão ??? e depois, das chuvas. Foi feito quando foi necessário fazer. Agora, se me pergunta: “Querem gás ou não querem? Querem gás ou querem ficar à parte? Querem ter essa possibilidade, ou por causa de um remendo não querem?” Eu fui o primeiro a pedir aos serviços técnicos, já no anterior mandato, que se elaborasse um regulamento onde as empresas tinham que dar um cronograma das obras que pretendiam fazer em determinado concelho, e nós dávamos o cronograma das obras de pavimentação. Quando fosse fora disso, pagavam a dobrar e com multas. Agora, eu não vou esperar, a partir do cronograma que estava feito – e não foi antes das autárquicas, nem depois, foi quando estava feito, quando havia possibilidade de o empreiteiro que ganhou a obra entrar e ficar resolvido, não vou alterar, seja por votos, seja pelo que quiser, disso podem ter a certeza. -----

Portanto, quanto ao resto, estou de acordo com tudo o que disse, não tenho aqui nada a dizer. É para desmantelar? É para desmantelar; uns foram desmantelados, outros não. Eu gosto de dar sempre estes conselhos, já que foi para os juristas: veja como é que faz a participação, porque pode acertar no alvo errado. Essa é que é a principal questão. E isto foi para não haver mais delongas. E se quiserem, apesar de só ser uma intervenção, eu fico aqui e irei, depois, como todos os anos fui, fosse Assembleias Municipais, fosse reuniões de Câmara, e não só no ano das eleições – pelo menos isso, tenham essa capacidade de pelo menos aceitar – fui sempre à festa dos idosos, lá em baixo. Sempre. E fiz questão – esta Assembleia estava para ser marcada para o dia 25, não foi possível porque houve a apresentação dos lagos do Sabor. Os lagos do Sabor, cuja organização não é do Presidente da Câmara de Moncorvo; é da associação. Portanto, essa é uma boa pergunta para remeter à associação: “Meus senhores, digam-me quantos é que estavam lá.” A casa estava cheia, que eu vi. -----

Agora, todos os projetos – e quando falarem do Eng.º Aires Ferreira, há aqui alguém que pode dizer, a última pessoa para quem ele falou foi para mim (ou das últimas), e nunca virei as costas, e nomeadamente no ??? fiz questão, quando havia tanta pompa e circunstância com a administração da EDP, de dizer que estava ali, e a primeira pessoa a quem me dirigia era a ele. Portanto, eu não quero ficar com os louros de ninguém. Também não aceito que lhe imputem muitas das coisas que lhe querem imputar, porque é mais fácil ser ao Presidente da Câmara dos que aos vereadores. Agora, não me venham dar lições de moral sobre o Eng.º Aires Ferreira. E isso não é para discutirmos hoje, nem nos próximos tempos, mas eu não sou daqueles que ando diariamente à procura de uma coisa ou de outra para comprometer alguém que esteja cá. E nisso, quando toda a gente entrou na cultura das auditorias, ninguém a mim me viu pedir uma coisa dessas, porque continuo a pensar que quem esteve aqui fez o melhor

que pôde. Outros não pensarão assim, mas enquanto eu aqui estiver, a memória daquele senhor que está ali vai ser preservada, e podem ter todos a certeza disto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à minuta da ata. As regras são estas, eu não lhe posso dar a palavra, porque não está no Regimento. O Regimento não permite essa situação, e eu cumpro o Regimento. Goste-se ou não se goste, é assim. Depois posso falar consigo, assunto encerrado. -----

Faça favor de passar à minuta. -----

\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão. -----

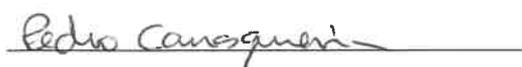
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa. -----

**O Presidente da Mesa,**



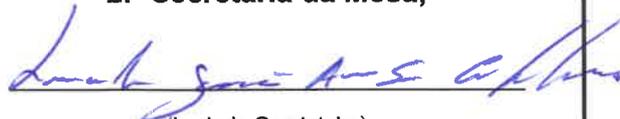
\_\_\_\_\_  
(Luís Miranda Rei)

**1.º Secretário da Mesa,**



\_\_\_\_\_  
(Pedro Carrasqueira)

**2.ª Secretária da Mesa,**



\_\_\_\_\_  
(Lucinda Carpinteiro)